

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

FILIPPI SILVA LIMONTA

Feituras colaborativas na gestão dos programas educacionais de financiamento suplementar:  
a atuação do CECAMPE Sudeste UFU e a produção de repositório temático

Uberlândia  
2024

FILIPPI SILVA LIMONTA

Feituras colaborativas na gestão dos programas educacionais de financiamento suplementar:  
a atuação do CECAMPE Sudeste UFU e a produção de repositório temático

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Educação e Comunicação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologia, Educação e Comunicação.

Área de concentração: Mídias, Educação e Comunicação.

Orientador: Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib.

Uberlândia

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

L734  
2024 Limonta, Filipi Silva, 1989-  
Feituras colaborativas na gestão dos programas  
educacionais de financiamento suplementar: a atuação do  
CECAMPE Sudeste UFU e a produção de repositório temático  
[recurso eletrônico] / Filipi Silva Limonta. - 2024.

Orientador: Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib..  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia, Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e  
Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.204>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Katrib., Dr. Cairo Mohamad Ibrahim,  
1971-, (Orient.). II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e  
Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3291-6395/6396 - [ppgce@faced.ufu.br](mailto:ppgce@faced.ufu.br) - [www.ppgce.faced.ufu.br](http://www.ppgce.faced.ufu.br)



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Defesa de:	Produto/Dissertação de Mestrado Profissional, número 02/2024/167, PPGCE				
Data:	Vinte de fevereiro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	15:00	Hora de encerramento:	17:30
Matrícula do Discente:	12212TCE003				
Nome do Discente:	Filipi Silva Limonta				
Título do Trabalho:	Feituras colaborativas na gestão dos programas educacionais de financiamento suplementar: a atuação do CECAMPE Sudeste UFU e a produção de repositório temático				
Área de concentração:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Linha de pesquisa:	Mídia, Educação e Comunicação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais CECAMPE-UFU				

Reuniu-se por webconferência link: [https://conferenciaweb.rnp.br/conference/rooms/cairo-mohamad-ibrahim-katrib/invite\\_userid](https://conferenciaweb.rnp.br/conference/rooms/cairo-mohamad-ibrahim-katrib/invite_userid) a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação, assim composta: Professores Doutores: Diva Souza Silva - UFU; Cletiane Medeiros Costa de Araújo - UFP; Cairo Mohamad Ibrahim Katrib - UFU - orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

**Aprovado.**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/02/2024, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamentono art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Diva Souza Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/02/2024, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Cletiane Medeiros Costa de Araújo, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5118519** eo código CRC **8D875A1B**.

---

Referência: Processo nº 23117.004544/2024-14

El nº 5118519

S

FILIPPI SILVA LIMONTA

Feituras colaborativas na gestão dos programas educacionais de financiamento suplementar:  
a atuação do CECAMPE Sudeste UFU e a produção de repositório temático

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Educação e Comunicação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologia, Educação e Comunicação.

Área de concentração: Mídias, Educação e Comunicação

Uberlândia, 20 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (UFU)  
Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Diva Souza Silva (UFU)  
Membro Titular Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cletiane Medeiros Costa de Araújo (UFPB)  
Membro Titular Externo

Dedico este trabalho aos incansáveis e dedicados profissionais da educação, que se empenham diariamente para transformar vidas; e também à minha família, que sempre foi apoio incondicional em toda minha jornada acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a cada pessoa especial que contribuiu de forma significativa para a realização desta dissertação de mestrado.

Primeiramente, quero agradecer a Deus e a toda a espiritualidade, por me guiarem no caminho da educação, me concedendo a formação como professor, e por colocarem todas as pessoas que fizeram e fazem parte desse caminho, pois sem elas nada disso seria possível.

Agradeço à minha amada esposa, Bruna Fernanda Pimenta Vilela, que esteve ao meu lado durante toda esta jornada, oferecendo amor, apoio e compreensão. Seu incentivo constante e sua paciência foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar aos estudos e concluir este trabalho. Sua presença é meu maior conforto e motivação.

À toda minha família, aos meus pais, Dener Limonta Filho e Maria Adelina Silva Limonta, e ao meu irmão, Vinicius Silva Limonta, que sempre acreditaram em mim e me proporcionaram todo o suporte necessário ao longo de todo o percurso acadêmico que percorri. Obrigado por estarem ao meu lado, pelos encorajamentos e por compreenderem a importância deste e de todos os projetos em minha vida.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, cuja orientação e expertise foram cruciais para o desenvolvimento desta dissertação. Sua dedicação, seu conhecimento e sua orientação precisa foram fundamentais para o sucesso desta pesquisa. Agradeço imensamente por sua paciência, incentivo constante e valiosos conselhos ao longo deste processo. Se me tornei o profissional que sou, devo a você toda a sabedoria e inspiração. Obrigado por fazer parte da minha formação acadêmica!

A todos os amigos, colegas, professores e demais pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para esta dissertação, meu profundo agradecimento. Suas ideias, sugestões e apoio foram imprescindíveis para a concretização deste trabalho.

A todos vocês, minha mais sincera gratidão. Vocês fizeram parte dessa conquista.

“Porque se chamavam homens  
Também se chamavam sonhos  
E sonhos não envelhecem”.

Clube da Esquina

## RESUMO

O propósito desta pesquisa foi o de compreender o processo de efetivação dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPEs) na melhoria da utilização dos recursos suplementares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a fim de entender como essa parceria auxiliou a aproximação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com os gestores educacionais. Esta dissertação vincula-se à linha de pesquisa Mídias, Educação e Comunicação, do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia. O estudo proposto apresenta como fio condutor alguns momentos do cenário político nacional em que políticas institucionais foram criadas com foco em diversos setores da vida social, em especial na educação. Definiu-se como recorte temporal o período entre os anos 1990 a 2022, a fim de compreendermos como o Programa foi normatizado, efetivado e modificado. Para isso, além de literatura acadêmica específica, utilizou-se de notícias de jornais que versam sobre educação, em consonância com o período estudado, a fim de entendermos quais os olhares de cada época para as mudanças educacionais. Utilizamos da metodologia quali-quantitativa, que proporcionou uma análise dos contextos históricos nacionais, abordando o entendimento das diferentes políticas públicas educacionais em evidência no Brasil, focando na implementação do PDDE como uma das ações para melhorar a qualidade da educação brasileira, em conformidade com o recorte temporal estudado. Por fim, apresentou-se o Produto final desta dissertação, que consiste num repositório com levantamento bibliográfico sobre o tema estudado, que foi criado utilizando-se de sistemas de buscas virtuais sobre as produções acadêmicas e legislações sobre o PDDE, de referenciais de estudos e pesquisas, somado a um arcabouço jurídico normativo sobre o tema. Portanto, o objetivo central deste Produto foi o de apresentar os resultados desse levantamento de referenciais, e a criação do acervo proposto, visando a democratização do acesso a essas informações, contribuindo com a produção dos materiais formativos e informativos, novas pesquisas e consultas do tema aqui estudado.

**Palavras-chave:** FNDE; PDDE; políticas públicas de educação; CECAMPEs; descentralização financeira.

## ABSTRACT

This paper objective was to understand the process of implementation of CECAMPEs in improving the use of supplementary resources of Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) in order to understand how this partnership assisted the approach of Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) with the educational managers. This paper is linked to the line Mídias, Educação e Comunicação, from Programa de Pós-Graduação: Tecnologias, Comunicação e Educação of Federal University of Uberlândia. The proposed study use as a guiding thread some of the moments of the national political scenario that policies were created focusing on many parts of the social live, in particular the education. The historical and political context from the 1990s to 2022 was used as a cut-off point, in order to understand how the program was standardized, implemented and modified. For that, not only the specific academic literature, but also the newspapers that address about education in the period studied were used, in order to understand were the views of each era about the educational changes. We utilized a methodology that mixes quantitative and qualitative information, who was able to analyse the national and historical contexts, addressing the knowledge of different public educational policies in Brazil. Focusing on the implementation of PDDE as one of the actions to improve the quality of the Brazilian education according to the studied period. After all, the final Product of this dissertation consists in a repository with bibliographical survey about the topic studied, who was created using systems of virtual research about the academic productions and legislation on PDDE, references of many works and searches, added to a juridical normative framework about the topic. Therefore, the main point of this Product was to show the results of this reference survey and the creation of the proposed framework, in order to democratize the access of this information, contributing with the production of formative and informative materials, new researches and searches of the topic.

**Key words:** FNDE; PDDE; Public education policies; CECAMPEs; Financial decentralization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Tela principal do site CECAMPE Sudeste.....	35
Figura 2 - Tela principal do site CECAMPE Sudeste.....	36
Figura 3 - Tela principal dos dados site CECAMPE Sudeste.....	36
Figura 4 - Tela do repositório de legislações, artigos e teses do PDDE na plataforma Google Drive, via site CECAMPE Sudeste.....	37
Figura 5 - Infográfico da linha do tempo dos principais programas do FNDE .....	61
Figura 6 - Organograma dos programas do FNDE (2023) .....	64
Figura 7 - Abrangência territorial das ações do CECAMPE Sudeste no Brasil .....	76
Figura 8 - Ações CECAMPE – Sudeste 2020-2022 (1).....	77
Figura 9 - Ações CECAMPE Sudeste 2020-2022 (2).....	79

### GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de publicações por repositórios temática do PDDE.....	28
Gráfico 2 - Quantidade de dissertações e artigos – temática central do PDDE .....	29
Gráfico 3 - Quantidade de teses e dissertações com a temática do PDDE publicadas em revistas ...	30
Gráfico 4 - Contagem de Qualis do acervo pesquisado .....	30
Gráfico 5 - Quantidade de publicações por ano – tema PDDE.....	31
Gráfico 6 - Cumprimento da meta formativa.....	76

### QUADROS

Quadro 1 - Relação de turmas por polos de atendimento CECAMPE Sudeste .....	75
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CECAMPE	Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais
CECAMPEs	Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGAME	Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escola
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACED	Faculdade de Educação
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Fundescola	Fundo de Fortalecimento da Escola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IdeGES	Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Planos de Desenvolvimento da Escola
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPGCE	Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROVÃO	Exame Nacional de Cursos
PT	Partido dos Trabalhadores
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UEX	Unidade Executora
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>21</b>
<b>3 O PRODUTO.....</b>	<b>25</b>
<b>4 SEÇÃO 1 – COMPREENDENDO O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1990-2022).....</b>	<b>38</b>
<b>5 SEÇÃO 2 – O PDDE COMO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA ...</b>	<b>57</b>
<b>6 SEÇÃO 3 – A EXPERIÊNCIA DO CECAMPE SUDESTE UFU .....</b>	<b>71</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

Abordamos, nesta dissertação, as contribuições dos Centros Colaboradores de Apoio e Monitoramento aos Programas Educacionais (CECAMPEs), realizando um Estudo de Caso acerca da atuação do CECAMPE Sudeste, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a fim de compreender se a parceria das Universidades com o do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) teve alguma influência positiva na visibilidade do Programa Dinheiro Direto na Escola (PPDE).

Não tivemos a pretensão de uma análise historiográfica das políticas públicas educacionais, mas, sim, buscamos compreender alguns cenários importantes para o trânsito dessas políticas educacionais, para que pudéssemos contextualizar a criação e permanência do PDDE como programa educacional e financeiro institucionalizado no âmbito do Governo Federal.

Nosso recorte temporal compreendeu o período da década de 1990 até a concretização da etapa 1 dos CECAMPEs, em 2022. Procuramos entender se o papel dos CECAMPEs propiciou uma comunicação dialógica e de aproximação do FNDE com as realidades educacionais regionais e locais. Vale destacar também que este estudo se debruçou sobre a atuação do CECAMPE na região Sudeste.

É importante frisar que a região Sudeste, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), apresenta-se como uma área de grande relevância demográfica, econômica, educacional e cultural. Ela é composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Com uma população estimada em cerca de 89 milhões de habitantes, é a área mais populosa do Brasil e concentra uma parte significativa da produção econômica do país. Os indicadores educacionais mostram uma preocupação com o desenvolvimento humano e a qualidade do ensino dessa região.

Nos últimos dados educacionais de 2022, do IBGE, a região Sudeste apresenta a menor taxa de analfabetismo do país, e o percentual de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos de idade é o mais alto entre todas as regiões, o que indica um bom acesso à educação básica. Ainda de acordo com as últimas estatísticas do censo educacional, cerca de 60 mil escolas públicas fazem parte da região Sudeste, que conta com mais de 14 milhões de alunos matriculados<sup>1</sup>, fazendo com que essa região concentre a maioria dos alunos na educação básica no Brasil. Entretanto, algumas áreas apresentam índices educacionais mais elevados, outras enfrentam desafios relacionados à infraestrutura,

---

<sup>1</sup> Para saber mais das estatísticas educacionais do Brasil, acessar ao *site* <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 17 out. 2023.

qualidade do ensino e acesso à educação. Essas desigualdades exigem um olhar atento dos responsáveis educacionais, para garantir a efetivação de oportunidades educacionais a todos os alunos dessa área.

Na construção de uma narrativa de compreensão histórica do surgimento dos CECAMPEs, vale destacar que os esses centros foram idealizados em 2018, pela equipe do FNDE, a partir de um edital<sup>2</sup> de Convocação de IFES (2018), que convidou universidades para sediá-los. Cinco universidades públicas foram selecionadas, uma em cada região, ficando a UFU como a responsável pela região Sudeste.

O papel atribuído aos CECAMPEs é visto como uma inovação positiva do FNDE, pois, por meio desses Centros, as ações do PDDE tornaram-se mais próximas das escolas/unidades executoras (unidade gestora, caixa escolar, associação de pais e mestres, gestão colaborativa), formada por sujeitos da escola, da comunidade e por estudantes, sendo os Centros os articuladores de ações de assistência técnica, de monitoramento e avaliação dos recursos financeiros disponibilizados pelo FNDE via PDDE.

Com as atividades formativas do CECAMPEs nos diferentes municípios brasileiros, o FNDE pode se aproximar dos gestores, incentivar a adesão, a execução e a melhoria da aplicação dos recursos financeiros do PDDE, buscando melhorar, com isso, a eficácia da prestação de contas, o gasto consciente e os repasses as unidades executoras sem interrupção. Coube aos CECAMPEs, serem os elos regionais cuja função central foi a de diminuir o distanciamento entre o Fundo e as unidades gestoras, fomentando as parcerias, por meio de suas ações, como os cursos de formação gratuitos. Esses cursos, na etapa 1, alcançaram diferentes gestores nas regiões brasileiras, promovendo formação continuada, produzindo e socializando o acesso a materiais formativos, ampliando o conhecimento e incentivando ações coletivas voltadas para o bom funcionamento das políticas de financiamento do PDDE. A fim de melhor compreender essa correlação entre políticas educacionais, o papel do FNDE e a criação dos CECAMPEs, apresentamos, a partir deste ponto, um breve histórico desse processo.

Segundo Menezes (2001), todas essas mudanças de administração dos recursos financeiros, agora descentralizados aos estados e municípios por meio de programas como o PDDE, foram

---

<sup>2</sup> Edital de Convocação de IFES/2018, conduzido pela Comissão Especial de Habilitação, instituída pela Portaria FNDE n.º 230, de 29 de abril de 2019, nos termos do Edital de Convocação de IFES/2018, cujo extrato foi publicado no D.O.U de 03/10/2018, Seção 3, página 49. O resultado da seleção foi publicado no DOU em 03 de junho de 2019, Seção 3, página 55.

influenciadas pelas discussões ocorridas durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990.

Em 1993, deu-se continuidade às reflexões na Conferência de Nova Delhi e nas reuniões latino-americanas e do Caribe, com pautas voltadas para discussões envolvendo a educação. Diretrizes educacionais foram criadas, e pactuação de mudanças no cenário educacional de cada país participante foram firmadas; em especial, diretrizes voltadas para a efetivação de práticas que incentivassem a cidadania, a equiparação social, a interação, a democratização de acesso às tecnologias e descentralização de recursos financeiros promovendo a concretização desse intento básico (CEPAL/UNESCO, 1995).

O Brasil se inseriu nesse processo, uma vez que foi mapeada uma série de pontos nodais em relação ao crescimento econômico, sociocultural e educacional brasileiro, em comparação ao contexto mundial, levando o país a firmar tratativas com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial (BM), a fim de implementar uma série de ações provocadoras da melhoria da condição de vida da população. Entre essas ações, firmou-se o compromisso de investir em educação, mas uma educação voltada para transformações significativas no século XXI, balizadas por pilares e competências educacionais, as quais valorizavam o trabalho em equipe, a participação coletiva na/da administração da escola e a definição da proposta pedagógica das instituições escolares, entre outros aspectos.

A disponibilização de recursos econômicos por parte dos parceiros internacionais como o BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI) veio de forma casada; ou seja, para melhoria da infraestrutura, da amenização das mazelas sociais, da diminuição dos altos índices de analfabetismo e reversão da precariedade do sistema educacional brasileiro, o Brasil deveria abrir suas portas ao capital internacional e estabelecer acordos de outras naturezas que favorecessem os países parceiros.

Segundo Padilha (1998), o Brasil emergiu em meio a um contexto de mudanças estruturais, especialmente a partir da segunda metade da década dos anos de 1990. Várias modificações nasceram de tentativas de conectar a gestão, o financiamento e a avaliação da Educação em um processo uníssono. Um desses processos de reestruturação se deu por meio do Plano Decenal de Educação para Todos, de 1993.

O Ministério da Educação (MEC), nesse período, passou a estreitar a integração das ações entre a União, os Estados e os Municípios, visando aproximar e, com isso, implementar uma rede de efetivação coletiva e colaborativa de processos educacionais, com vistas à recuperação da educação básica do país.

O Plano Decenal de Educação permitiu a participação direta de diferentes setores da vida pública e da sociedade civil, na definição de um plano de metas que fosse capaz de atender aos pontos pactuados com a UNESCO e, também, de promover o desenvolvimento e a efetivação de novos padrões de gestão educacional, consolidando um processo de autonomia e efetivação de política educacional descentralizada (Padilha, 1998).

No final dos anos de 1990, incentivados por esse processo de mudança, os Governos Federais validaram os Planos de Desenvolvimento da Escola (PDE), que se pautou na radiografia feita durante esses momentos de reflexão e de proposições, a fim de acabar com analfabetismo e alavancar a educação básica no país, alinhando, com estados e municípios, ações políticas de reversão coletiva dessas distorções mapeadas. Com o PDE, as escolas públicas brasileiras puderam realizar estudos coletivos e definir seus pontos fortes e pontos críticos e, a partir disso, construir um plano de ação que elevasse a melhoria da educação ofertada e que servisse de parâmetro para as propostas pedagógicas-educativas que comporiam os seus Projetos Políticos Pedagógicos.

O PDE, ligado ao MEC/Fundescola (Fundo de Fortalecimento da Escola), foi o canal utilizado pelo Governo Federal para sensibilizar estados e municípios a aceitarem o desafio desse diagnóstico, atendendo aos acordos internacionais firmados com o BM, a fim de melhorar os índices e estatísticas da gestão escolar e da educação nacional.

Segundo Katrib, Costa e Teodoro (2022), a concretização do PDE, a partir dos anos de 1990, se alicerçou na Matriz SWOT, uma ferramenta de planejamento estratégico utilizada no âmbito empresarial, uma vez que o sistema educacional público brasileiro deixava de ser tratado como apêndice da atuação centralizadora de estados e municípios e é relido sob a ótica e olhar da gestão empresarial. Sua utilização na educação foi parâmetro do mapeamento e possíveis ajustes da educação, inclusive no campo da gestão, proporcionando a tomada de decisões de forma coletiva e colegiada.

Essa Matriz procurou realizar um diagnóstico dos estabelecimentos de ensino, para que a União, estados e municípios tivessem um “Raio X” dos seus problemas e também de caminhos para resolvê-los a partir das especificidades de cada escola, para, a partir disso, utilizar os recursos descentralizados e repassados pelo Governo Federal para reversão do quadro descortinado. A Matriz propôs também a partilha de responsabilidades lidas pelo viés da desobrigatoriedade do Estado pela gestão da educação pública, ou pela ótica de uma garantia de autonomia e gestão escolar financeira mais participativa (Frigotto; Ciavatta, 2003).

Compreendemos que não só a educação passou por transformações; essas mudanças se deram no país como um todo, por meio da Reforma do Estado brasileiro. Com isso, estreitou-se a visão de uma política neoliberal de tomada de atitudes, como também de recursos financeiros suplementares.

Dentro desse contexto de reformas, tivemos a criação do PDDE, referendado pela Resolução n.º 12, de 10 de maio de 1995, que inseriu um novo propósito para a gestão da escola de acesso aos recursos financeiros, com “a descentralização da execução dos recursos federais destinados à educação fundamental” (Brasil, 1995, p. 5).

Esse contexto de mudança foi sendo legitimado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que faz valer a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 3º, inciso VIII e inciso VII, que referenda o princípio da “gestão democrática do ensino público” na forma da lei.

No início dos anos 2000, a Resolução n.º 9, de 24 de abril de 2007, em seu § 9º, destacava a necessidade de uma atenção não só a educação ofertada nas cidades, como também na zona rural, e passou a definir que:

As transferências de recursos do PDDE serão acrescidas de uma parcela extra, de 50% a título de incentivo, concedida a todas as escolas públicas rural no presente e nos dois próximos exercícios, e também, de acordo com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, nos dois próximos exercícios, as escolas públicas urbanas que cumprirem as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estipuladas para o ano de 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observando o critério da proporcionalidade das matrículas nas escolas que atendam as duas fases do ensino fundamental (Brasil, 2007, p. 5).

É perceptível, nos dizeres anteriores, que apenas referendar legalmente a descentralização financeira de recursos não resolveria as lacunas existentes na educação brasileira, em especial as com foco na equiparação educacional, haja vista a diversidade geográfica, as especificidades culturais, locais, econômicas e a vontade política de fazer com que a educação, de modo geral, pudesse contribuir com os estudantes, no sentido não só da formação escolar, mas também evidenciando uma formação cidadã e pautada na inclusão e nas diferenças.

O FNDE, nesses 28 anos de PDDE, se vê, ainda, envolto a buscas de soluções para amenizar as discrepâncias regionais e locais da educação nacional por meio de seus inúmeros programas. E, como consta na Resolução n.º 12, de 10 de maio de 1995, o PDDE seria o caminho de encurtamento para a efetivação de uma educação tão discrepante no quesito acesso à educação de qualidade, levando em consideração a geografia brasileira.

É evidente que programas educacionais de descentralização financeira não seriam suficientes para diminuir as discrepâncias educacionais, e o FNDE, pelas suas especificidades de recursos humanos e quantidade de ações nacionais sob sua batuta, não teria fôlego para intensificar esforços próprios na resolução de tal questão. As parcerias foram as alternativas encontradas para alcançar o êxito de Programas nacionais como o do PDDE.

Entendemos, então, que a criação dos CECAMPEs vem para estreitar o diálogo com a gestão escolar dos diversos municípios brasileiros, aproximando o FNDE das realidades locais e regionais de cada unidade executora escolar, tendo os referidos Centros como facilitadores dessa interlocução e como alternativa para chegar aos espaços onde o FNDE não conseguiria, em função do relatado anteriormente. Na visão do FNDE,

Os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPEs) são universidades parceiras do FNDE que realizam atividades de assistência técnica e monitoramento a fim de apoiar estados, municípios e escolas a aprimorarem a execução e o desempenho do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas, do Programa Caminho da Escola e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) (Brasil, 2001)<sup>3</sup>.

Outro aspecto que merece destaque na criação dos CECAMPEs diz respeito aos desafios de referendar positivamente à gestão descentralizada dos seus programas. Aqui, destacamos o PDDE, assegurando que as ações executadas pelo FNDE alcancem, de forma exitosa, a dinâmica geográfica nacional, em suas nuances e especificidades.

Segundo o guia de atuação dos CECAMPEs, de autoria do FNDE (2020), a parceria entre os centros e FNDE visa melhorar os resultados de suas políticas educacionais e também incentivar a aplicação consciente dos recursos repassados. Nas palavras do próprio FNDE:

Diante da ampla malha conjuntural sobre a qual operam os programas descentralizados no Brasil, o alcance dos resultados dessas políticas não se viabiliza apenas mediante transferências de recursos e delegação de competências aos agentes locais, mas com iniciativas contínuas, por parte dos órgãos centrais, de prestação de assistência técnica aos agentes executores para prevenir ou corrigir desvios, solucionar problemas e/ou ajustar práticas tendentes a comprometer o alcance dos objetivos e metas previstos (Brasil, 2020, p. 4).

---

<sup>3</sup>Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/cecampes-centros-colaboradores-de-apoio-ao-monitoramento-e-a-gestao-de-programas-educacionais>. Acesso em: 24 out. 2022.

Entendemos que o carro-chefe das ações do FNDE é o PDDE<sup>4</sup>. Segundo Gomes e Melo (2023),

O PDDE existe desde 1995 e, atualmente, atende 122,7 mil escolas e 33 milhões de estudantes, com repasse de R\$ 2,3 bilhões por ano. O Programa foi instituído com o propósito de ampliar a autonomia e flexibilidade para a gestão dos recursos transferidos no apoio à manutenção dos estabelecimentos de ensino, de forma descentralizada e direta pelo Governo Federal. Até o ano de 2008 o PDDE atendia somente ao ensino fundamental, a situação foi alterada pela Lei nº11.497 de 16 de junho de 2009 que estendeu o atendimento para toda a educação básica, um marco para consolidação do programa (Gomes; Melo, 2023, p. 3-4).

É pertinente afirmar que as políticas educacionais efetivadas no início dos anos 2000 reforçam a necessidade da descentralização da gestão administrativa e financeira seguindo os pressupostos do movimento neoliberal da economia e da política e, com isso, temos a intensificação de ações direcionadas ao campo financeiro, deixando que os entes federados administrem, por meio de seus recursos humanos e técnicos – no caso da educação, as unidades executoras/escolares –, procurando alternativas para a solução de problemas. Assim, há o distanciamento ou a ausência de políticas educacionais com caráter orgânico que contemplem toda uma fase de formação, como bem destaca Moreira (2012).

É por meio desse contexto que conduzimos a nossa compreensão da historicidade das políticas educacionais no Brasil, ancoradas a como os veículos de comunicação difundiram notícias sobre os diversos momentos e situações acerca do panorama político, econômico e sociocultural do país, e analisamos a trajetória do sistema educacional brasileiro e os principais avanços e desafios enfrentados. Portanto, foram explorados alguns programas educacionais e os contextos políticos em que foram implementados, destacando-se as contribuições de autores relevantes nessa área de estudo.

---

<sup>4</sup> O PDDE está organizado em duas modalidades, que são: o PDDE-Básico e PDDE Ações Integradas. O PDDE-Básico destina recursos financeiros para serem utilizados em despesas de custeio ou de capital, atendendo desde pequenos reparos até a compra de equipamentos para a melhoria da qualidade pedagógica e administrativa das unidades executoras. As Ações Integradas estão organizadas em dois eixos com programas educacionais específicos, atendendo ações de caráter excepcional, temporário ou contínuo. O eixo “Estrutura” engloba os seguintes programas: Sala de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; Programa Água e Esgotamento Sanitário nas Escolas Rurais; e PDDE Escolas Rurais: Campo, Indígenas e Quilombolas. O eixo “Qualidade” agrega os programas: Inovação Educação Conectada; Novo Ensino Médio; PDDE Emergencial; Tempo de Aprender; Brasil na Escola; Educação e Família; e Itinerários Formativos. Temos os programas PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e Caminho da Escola, eixos de ações voltadas à política de transporte escolar com o objetivo de promover o acesso e a permanência dos estudantes na escola, tendo como objetivo apoiar os estados, os municípios e o Distrito Federal a obterem frota adequada para cada especificidade geográfica local, com transporte que atenda aos estudantes e garanta seu deslocamento com segurança e agilidade às escolas, garantindo também a padronização veicular e a manutenção da frota, assim como a efetivar o sistema de atendimento aos estudantes, principalmente os residentes na zona rural.

Utilizamos como Estudo de Caso a criação e a atuação do CECAMPEs, com destaque para o CECAMPE Sudeste UFU, que tem como proposta de trabalho sua fase 1 (2020-2022), na qual realizou um conjunto de atividades formativas de extensão, pesquisas, monitoramento e de avaliação dos propósitos do PDDE. A partir de uma análise de referencial teórico conceitual, construímos um entendimento sobre as políticas de financiamento educacional no Brasil, aportados em autores que dialogam com o histórico e com os múltiplos contextos dessas políticas públicas, visando entender como elas interferem na efetivação de uma educação de qualidade.

Nesse viés, de acordo com Smarjassi e Arzani (2021),

As políticas públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. Nelas estão contidos dispositivos que garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país (Smarjassi; Arzani, 2021, p. 1).

Quando abordamos as discussões de políticas públicas educacionais, é importante frisar que falamos de ações, financiamentos, programas e planejamentos educacionais desenvolvidas pelo Estado e Governos, tanto de forma direta quanto indireta, que possuem objetivos específicos, desde a regulação até o controle de recursos, como também de normatizações e definições curriculares. Assim, essas discussões são construídas de acordo com historicidades, temporalidades e ideologias presentes em etapas governamentais, o que também direcionou as nossas reflexões sobre a temática de estudo proposta.

Na parte metodológica, optamos por utilizar o procedimento de Estudo de Caso para compreendermos a importância da atuação do CECAMPE Sudeste como instrumento de qualificação para aplicar recursos financeiros do PDDE dentro das escolas, visando, assim, uma aplicação mais democrática, participativa e inclusiva.

Também realizamos um levantamento bibliográfico acerca dos temas abordados, pois a pesquisa é quali-quantitativa, visto que “quantifica e percentualiza opiniões, submetendo seus resultados a uma análise crítica qualitativa” (Michel, 2009, p. 39).

Assim, tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa têm por preocupação o ponto de vista do indivíduo: a primeira considera a proximidade do sujeito, por exemplo, por meio da entrevista; na segunda, essa proximidade é medida por meio de materiais e métodos empíricos (Knechtel, 2014).

É nesse cenário de compreensão que nossa reflexão se embasa, procurando entender como as mídias abordaram as principais políticas públicas, em especial as desenvolvidas no Brasil a partir da

década de 1990. A partir daí, realizamos uma análise de como as mídias pensaram essas políticas nos diferentes momentos históricos e também como puderam desempenhar papel fundamental na promoção (ou não) de reivindicações e processos voltados para a efetivação de uma educação de qualidade e equânime que pudesse alcançar as especificidades locais e regionais do quadro geográfico brasileiro.

Optamos por apresentar em quadros o cenário político-educacional, enfatizando os contextos históricos. Assim, foram utilizados textos disponíveis nos meios de comunicação jornalístico-informativo, em especial os que versavam sobre diversas políticas públicas de acordo com cada governo brasileiro e publicados por esses veículos em seus arquivos digitais, em estudos teóricos, bem como arcabouços normativos e material produzido pelo CECAMPE Sudeste.

Esses jornais impressos e disponíveis de forma digitalizada pela Folha de São Paulo, pelo Estado de São Paulo e O Globo nos propiciaram compreender o que estava sendo divulgado em relação às mudanças no cenário das políticas públicas educacionais e entender como essas mídias abordaram o assunto.

Limitamos as reportagens a esses três jornais por entender que conforme a análise do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)<sup>5</sup> no ano 2022, os jornais mais lidos no Brasil foram: Folha de São Paulo, com uma média de circulação impressa de 283.000 exemplares por edição e uma média de 11.000 assinaturas digitais por dia; o Globo, com uma média de circulação impressa de 230.000 exemplares por edição e uma média de 11.000 assinaturas digitais por dia; e O Estado de S.Paulo (Estadão), com uma média de circulação impressa de 141.000 exemplares por edição e uma média de 7.000 assinaturas digitais por dia. Assim, esses jornais em dados de épocas anteriores também aparecem nas três primeiras posições de periódicos mais lidos no Brasil, não mantendo o ranking fixo, mas mantém o três sempre nas primeiras colocações.

Na primeira parte desse estudo, intitulada de Seção 1, apresentamos um panorama de algumas das principais mudanças ocorridas no cerne das ações na educação brasileira. Para isso, recorreremos aos estudos da temática que compõe o *corpus* teórico desse estudo e ao *corpus* documental (legislações, suporte teórico, reportagens de jornais impressos), a fim de estabelecer um entendimento à luz dos estudos realizados sobre o assunto, compreendendo também como tais mudanças chegaram à sociedade por meio dos veículos impressos de comunicação.

---

<sup>5</sup> O Instituto Verificador de Comunicação (IVC) é uma entidade brasileira responsável pela auditoria e verificação de circulação de veículos de comunicação, como jornais, revistas e periódicos. Fundado em 1961, o IVC tem como objetivo principal garantir a transparência e a credibilidade das informações relacionadas à circulação de mídia impressa. Para saber mais, acesse ao site oficial do IVC <<https://ivcbrasil.org.br/#/home>>.

Na Seção 2, o foco foi a construção de uma narrativa da historicidade da criação e desenvolvimento do FNDE e do PDDE, focando no entendimento dessa autarquia como responsável pela efetivação de instrumentos de financiamento essenciais para o desenvolvimento e aprimoramento da educação básica no Brasil. Já na terceira Seção, apresentamos o panorama de efetivação dos CECAMPEs, evidenciando a parceria FNDE-Centros Colaboradores, focando na atuação do CECAMPE Sudeste UFU.

Por fim, apresentamos, como Produto final, um repositório bibliográfico sobre o tema estudado, utilizando sistemas de buscas virtuais sobre as produções acadêmicas e legislações sobre o PDDE, de referenciais de estudos e pesquisas, somado a um arcabouço jurídico normativo sobre o tema. Esse material foi concebido, inicialmente, como proposta de trabalho durante minha atuação enquanto bolsista, na modalidade bolsista de Pós-graduação, nas ações do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE Sudeste UFU), de agosto a dezembro de 2022. Portanto, o objetivo central desse Produto é apresentar os resultados desse levantamento de referenciais e o processo de como organizamos tal acervo de forma mais aprimorada. Com isso, visamos a democratização do acesso a essas informações, contribuindo com a produção dos materiais formativos e informativos, novas pesquisas e consultas sobre o tema aqui estudado.

### **Procedimentos Metodológicos**

Com a proposta de concretização desta pesquisa, utilizamos de alguns procedimentos metodológicos que embasaram a nossa análise e a confecção do Produto, fruto desta dissertação. Como já abordado anteriormente, optamos por utilizar o procedimento de Estudo de Caso para compreender a importância da atuação do CECAMPE Sudeste como instrumento de qualificação para aplicar recursos financeiros do PDDE dentro das escolas, visando, assim, uma aplicação mais democrática, participativa e inclusiva.

Os Estudos de Caso são bastante úteis em pesquisas exploratórias. Eles oferecem flexibilidade e são recomendados nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, ajudando na construção de hipóteses ou na reformulação do problema. Além disso, esses estudos são relevantes quando o objeto de estudo já é conhecido o suficiente para se enquadrar em um determinado tipo ideal. Eles também são úteis na exploração de novos processos, comportamentos ou descobertas, pois ajudam a gerar hipóteses e construir teorias.

É válido salientar que o Estudo de Caso envolve a coleta e análise de dados empíricos por meio de várias fontes, como entrevistas, observação direta, documentos, registros e artefatos relevantes para a pesquisa. Desse modo, a pesquisa é conduzida em um ambiente natural, no qual os pesquisadores têm acesso direto ao objeto de estudo, sendo capazes de obter uma compreensão aprofundada de um fenômeno específico.

Sendo assim, uma das principais características do Estudo de Caso é a utilização de diversas informações de evidências, aumentando, assim, a validade da pesquisa. Essa perspectiva nos permite uma triangulação dos dados, ou seja, a combinação de diferentes perspectivas e fontes de informação, para enriquecer a análise e aumentar a confiabilidade dos resultados.

Desse modo, Yin (2009) referenda que:

O estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos (Yin, 2009, p. 240).

Ainda de acordo com Yin (2009), o Estudo de Caso é uma investigação empírica que envolve um método completo, que engloba o planejamento, a coleta e a análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso únicos quanto múltiplos, além de abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Nossa pesquisa, de caráter quali-quantitativo, nos permitiu uma melhor compreensão do tema estudado, justamente porque

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (Minayo; Sanches, 1993, p. 247).

Assim, essa combinação permite uma análise mais completa e em diferentes níveis, explorando tanto as percepções subjetivas dos participantes quanto a obtenção de dados mensuráveis e estatisticamente válidos. Validando essa perspectiva,

[...] a questão não é colocar a pesquisa qualitativa versus a pesquisa quantitativa, não é decidir-se pela pesquisa qualitativa ou pela pesquisa quantitativa. A questão tem implicações de natureza prática, empírica e técnica. Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, colocasse para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de

tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social (Günther, 2010, p. 270).

Para dar ênfase nas ações do CECAMPE Sudeste UFU, precisamos empreender uma análise aprofundada do FNDE e do programa PDDE, que são as bases estruturais que dão sustentação ao nosso objeto de pesquisa. Assim, utilizamos recursos exploratórios com o objetivo principal de proporcionar familiaridade e compreensão aprofundada sobre um determinado problema ou tema.

A proximidade que tenho com o objeto desse Estudo de Caso é que, durante o período de agosto a dezembro de 2022, atuei como bolsista de pós-graduação no CECAMPE Sudeste UFU. No CECAMPE, em parceria com o FNDE, participei de atividades formativas, pesquisas, monitoramento e avaliação, em conjunto com gestores escolares, buscando acompanhar a aplicação financeira dos recursos do PDDE na região Sudeste do país. Entendo que as atividades formativas podem ter papel crucial no apoio a gestores e na promoção de melhorias no uso consciente dos recursos do PDDE, visando o aprimoramento da educação básica no âmbito nacional.

O presente trabalho foi estruturado em três partes, as quais referendam o Produto final. As análises e concepções do tema foram pautadas no Estudo de Caso do CECAMPE Sudeste UFU, a partir de suas ações como centro colaborador durante o biênio 2020/2022.

Percorremos esse percurso numa perspectiva de compreender os caminhos das políticas públicas educacionais no Brasil num momento de reformulação do papel do Estado, focando nessas transformações a partir da década de 1990. Por isso, usamos como aporte histórico os determinados governos, que foram protagonistas na aplicação desses atos, principalmente com foco na descentralização financeira, que é usada como ferramenta da política neoliberal. Nesse contexto, incorporamos em nosso embasamento teórico as contribuições de renomados autores que exploram esses cenários. Vale destacar os estudos de Adriana Yanaguita (2013) e Demerval Saviani (2007), cujas análises têm relevância significativa nessa área de estudo.

Ademais, entendemos que toda essa conjectura de transformações foi pautada dentro do ambiente jurídico, com a criação de legislações na esfera educacional voltadas para mudanças em programas e ações que representam projetos políticos em consonância com determinações de órgãos externos que influenciam diretamente esse campo.

Pautamos nosso arcabouço jurídico na Constituição Federal de 1988 e em outros marcos normativos, como a LDBN (Lei n.º 9.394/1996), que fazem parte da espinha dorsal da legislação educacional, os quais buscam garantir que os direitos e oportunidades estejam acessíveis a todos os cidadãos brasileiros e que a educação de qualidade seja uma realidade para toda a população. Essas

legislações foram formuladas com o objetivo de promover a inclusão e equidade no sistema educacional, e por isso entendemos sua importância para assegurar a cada indivíduo o pleno acesso a uma educação de excelência, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica.

Seguindo o viés desses documentos, aprofundamos uma discussão acerca do papel do FNDE, que é uma autarquia criada em 1968, e, a partir dessa análise em políticas de financiamento educacional, focamos na criação e ação do PPDE desde da década de 1990, que permanece em execução até os dias atuais.

Portanto, a partir desses canais de discussão, chegamos à criação dos CECAMPEs em 2020, instituições essas vinculadas a universidades, que têm como objetivo fornecer suporte e assistência técnica para a implementação e gestão de programas educacionais. Esses centros têm feito um papel fundamental no fortalecimento da gestão educacional, fornecendo orientações técnicas, formação continuada, produção de materiais técnicos, assessorias e consultorias para gestores, professores e outros profissionais da educação.

No que tange ao Produto final, é importante destacar que durante minha participação como bolsista no CECAMPE Sudeste UFU, sob a orientação do Coordenador do Centro, o Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, realizei um levantamento bibliográfico por meio de sistemas de busca online, procurando pesquisas acadêmicas e legislações relacionadas ao tema PDDE, com o objetivo de criar um repositório de referências para estudos e pesquisas, bem como um arcabouço jurídico-normativo sobre o PDDE. Assim sendo, o nosso objetivo é apresentar parte dos resultados obtidos durante o levantamento de referências e descrever o processo de organização desse acervo, com o intuito de democratizar o acesso a essas informações e contribuir para a produção de materiais formativos e informativos do CECAMPE Sudeste.

Durante esse período no qual fui bolsista, pude contribuir para o projeto ao investigar as ações das formações continuadas oferecidas aos gestores escolares que abordaram o programa de financiamento PDDE, sendo responsável pela pesquisa e organização de um banco de dados sobre pesquisas acadêmicas no formato de artigo, teses e dissertações e legislações.

Para construir esse Produto, utilizamos diferentes metodologias. Para acessar as legislações, recorreremos ao *site* oficial do FNDE, onde encontramos toda a legislação dessa autarquia. Já as teses e dissertações foram buscadas em cinco repositórios: Google Acadêmico, SciELO, Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTDT) e UFU. No último repositório, realizamos a busca com o tema central “Programa Dinheiro Direto na Escola”, filtrando apenas resultados que apareciam nos títulos dos artigos científicos e teses, independentemente do ano de publicação. Todos os

materiais encontrados foram separados por revista, repositório, ano de publicação, *Qualis*, artigos/dissertações, autores e link de acesso, e organizados em uma planilha para facilitar o uso.

Ao todo, encontramos um total de 88 arquivos, entre artigos e teses relacionadas ao tema pesquisado, levando em consideração os arquivos duplicados presentes em mais de uma plataforma. Desse total, cerca de 75 arquivos versam sobre o PDDE em seus títulos, e que estão disponíveis no Google Acadêmico, sendo este o principal repositório utilizado nesta pesquisa. Encontramos quatro artigos completos no repositório da SciELO e seis arquivos completos no *site* da Capes. Na UFU, encontramos apenas dois artigos sobre o tema, enquanto na BTDT encontramos apenas um. É importante ressaltar que o material mais antigo encontrado remonta ao ano de 2003, e o mais recente foi publicado em 2022.

Esse repositório temático, contendo teses e artigos científicos relacionados ao PDDE, será de grande valor para estudos futuros sobre o tema. Ele permite a facilidade de busca por repositórios, revistas, anos e autores, e poderá ser atualizado para o desenvolvimento de novas pesquisas bibliográficas. Utilizaremos esse levantamento na construção do texto dissertativo e na produção do Produto juntamente ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Faculdade de Educação (FACED) da UFU.

## **O Produto**

Pensar e conceber um Produto num Programa de Mestrado Profissional é um grande desafio. Precisamos concebê-lo em consonância com a pesquisa e a tessitura da mesma, a fim de compor uma mesma narrativa, de modo que esses elementos se conectem, permitindo a efetivação de sentidos e significados entre teoria e prática. Deste modo, o Produto agrega e confere à pesquisa realizada valor e conhecimento, bem como a possibilidade de contribuir para um melhor entendimento e aplicação cotidiana dos temas estudados e da proposta efetivada.

No nosso caso, o Produto, para além de sua natureza educacional, ele também tem um caráter informacional, pois apresenta um levantamento de artigos, dissertações, teses, coletâneas e livros que envolvem as políticas educacionais, em especial as que versam sobre o PDDE, que, relidas à luz do arcabouço normativo que envolve a gestão deste programa, torna-se um importante banco de dados que permite um entendimento histórico e normalizador da criação, ampliação e ressignificação das ações do PDDE nas últimas décadas.

Entendemos que o Produto não é concebido de forma estanque, mas, sim, é resultante da pesquisa de mestrado aqui apresentada. O Produto foi concebido como um Banco de dados temático contendo em ordem cronológica temporal material de referência acadêmica e conceitual, como também um referencial legislativo sobre a temática PDDE.

O Produto destina-se aos profissionais da educação, pesquisadores da gestão educacional, gestores educacionais e técnicos que atuam nos processos de execução de políticas públicas de financiamento suplementar, no caso do PDDE, e àqueles que têm a curiosidade de compreender o contexto histórico-legislativo de surgimento, evolução e efetivação dessas políticas de Estado, bem como de entender a dinâmica de execução prática dos recursos juntamente às instituições educacionais. Visa também servir de inspiração a pesquisadores e estudiosos que possam se debruçar sobre o material organizado e, com isso, produzir novos estudos, reflexões e apontamentos, a fim de oferecer entendimentos e ferramentas necessárias para a execução consciente e participativa dessa política pública financeira suplementar.

Nesta perspectiva, o Produto desenvolvido por meio desta dissertação é fruto das minhas inquietações em compreender a política de repasse de recursos do PDDE. Essas inquietações foram despertadas, inicialmente, quando da minha participação nas ações do CECAMPE Sudeste, como público-alvo de suas formações, uma vez que atuo em uma Secretaria Municipal de Educação e, também atuei como bolsista de Pós-graduação nas ações do CECAMPE Sudeste UFU realizadas de agosto a dezembro de 2022.

Com o intuito de fomentar estudos e pesquisas sobre esse programa, optamos pela criação de um repositório com toda a junta jurídica, como um arcabouço teórico de produção acadêmica, o que, a nosso ver, apresenta como um significativo instrumento para o conhecimento e aprimoramento das práticas relacionadas ao PDDE.

Desse modo, durante o período no qual fui bolsista, pude contribuir com o projeto e também investigar as ações das formações continuadas voltadas para os gestores escolares, nas quais foi abordado o programa de financiamento PDDE, como também fazer um levantamento bibliográfico utilizando sistemas de buscas virtuais sobre as produções acadêmicas e legislações sobre o assunto, a fim de alimentar um repositório de referenciais de estudos e pesquisas, construindo um arcabouço jurídico normativo sobre o PDDE.

O objetivo central do Produto é apresentar os resultados desse levantamento de referenciais, os quais foram organizado por meio de um acervo virtual de acesso público a ser disponibilizado no *site* oficial do CECAMPE Sudeste, na página de domínio da UFU, Pró-reitoria de Extensão e Cultura,

visando a democratização do acesso a essas informações num espaço virtual/online já conhecido por grande parte dos gestores e pesquisadores, contribuindo com a produção dos materiais formativos e informativos do CECAMPE Sudeste e para futuras pesquisas e estudos.

É importante frisar que o Produto final é um repositório temático com material arrolado específico sobre o PPDE, e foi dividido em dois Subprodutos: o primeiro é um repositório referente a teses, dissertações e artigos científicos; já o segundo repositório traz as principais legislações acerca do PDDE.

A metodologia usada para a construção do primeiro Subproduto (repositório de teses, dissertações e artigos científicos) foi realizada a partir do levantamento bibliográfico nas plataformas de pesquisas disponíveis na rede mundial de computadores. Realizamos buscas em cinco repositórios:

- a) Google Acadêmico: plataforma online que possibilitou a busca e o acesso a diversos artigos acadêmicos, teses, dissertações, trabalhos científicos e literatura acadêmica do tema estudado;
- b) SciELO: repositório científico/acadêmico (*Scientific Electronic Library*) online, com vasta biblioteca eletrônica científica online, de livre acesso;
- c) Capes: repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É também uma plataforma online que reúne e disponibiliza uma ampla gama de produções científicas, incluindo teses, dissertações, artigos, livros e outros tipos de publicações, contribuindo com os levantamentos para a configuração do Produto apresentado e do tema estudado. O acesso a esse acervo permite a ampliação do conhecimento científico, o aprimoramento e a criação de novos estudos, favorecendo o avanço das áreas de pesquisa e contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país;
- d) BTDT: repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BTDT). Consiste em uma plataforma online que centraliza e disponibiliza publicações acadêmicas de pós-graduação, como teses e dissertações;
- e) UFU: o repositório da Biblioteca da UFU é uma plataforma online que tem como objetivo reunir, preservar e disponibilizar a produção científica e acadêmica de seus docentes, pesquisadores, estudantes e colaboradores. Compreende teses, dissertações, artigos, livros e outros tipos de publicações.

Esse conjunto de ferramentas de buscas nos auxiliaram no levantamento das produções realizadas sobre a temática. Parte dessas produções foi utilizada na tessitura desse estudo, e todas compõem o repositório apresentado como Produto desta pesquisa. Em todas, a averiguação se deu por busca temática utilizando o tema central “Programa Dinheiro Direto na Escola”. Depois, foi

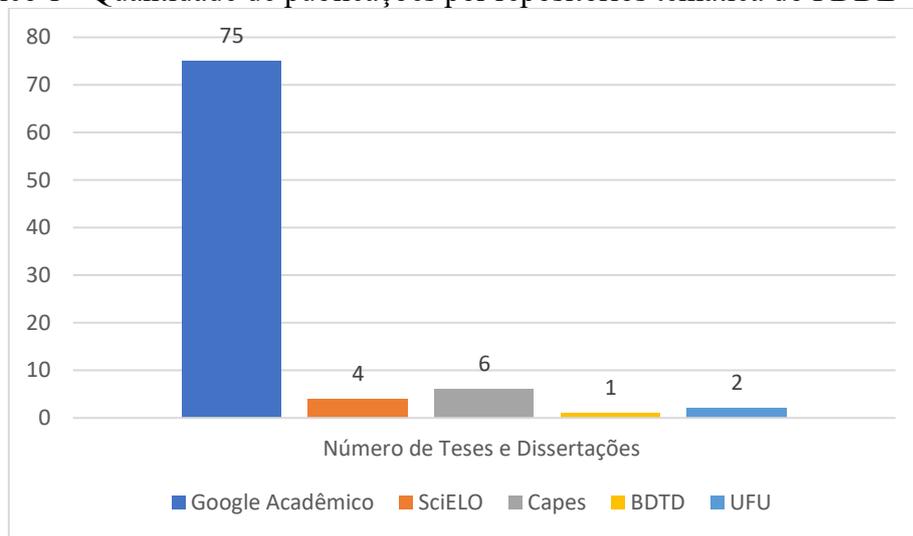
realizada a filtragem apurada para resultados que aparecessem nos títulos dos artigos científicos e teses, independentemente do ano de publicação, considerando-se o tema central.

Todos os materiais encontrados foram separados pelas categorias: revista, repositórios, ano de publicação, *Qualis*, artigos/dissertações, autores e o link de acesso (para a visualização do arquivo), e as informações foram apresentadas em modelo Excel, para facilitar a utilização.

Encontramos um total de 88 arquivos, entre artigos e teses, sobre o tema pesquisado, contabilizando os arquivos repetidos em mais de uma plataforma. Desse montante, em cerca de 75 arquivos o PDDE está presente nos títulos, estando estes disponíveis na plataforma Google Acadêmico. Este foi o primeiro repositório utilizado na pesquisa. Nele, foi encontrada a maioria dos materiais. No repositório da Scielo, o número total de artigos em revistas verificado foi quatro. Seis arquivos estão na íntegra no *site* da Capes. No repositório da UFU, temos apenas dois artigos tratando sobre o tema; e, na BTD, apenas um. É importante frisar que o material mais antigo encontrado foi publicado no ano de 2003, e o último em 2022.

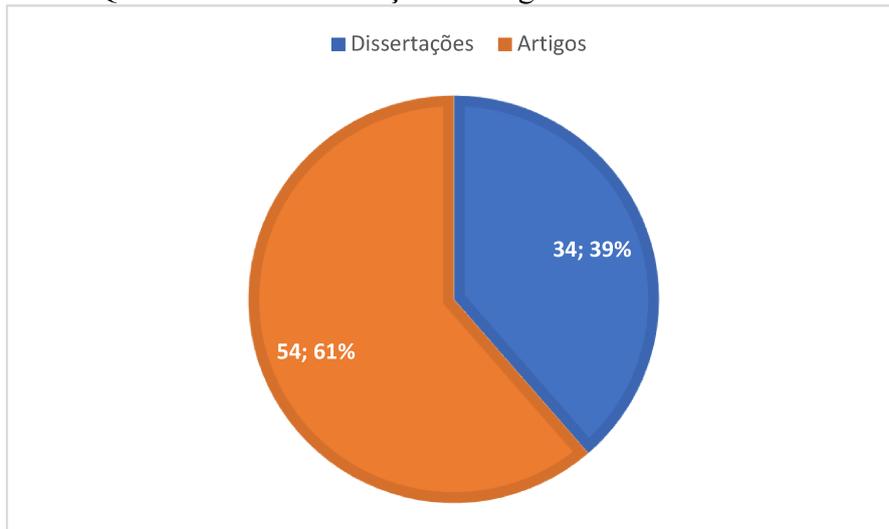
A partir dos gráficos a seguir, temos um panorama geral dos resultados do Produto final apresentado. O primeiro gráfico demonstra a quantidade de publicações de teses e artigos científicos por repositório sobre a temática PDDE; e no segundo, o número de cada modelo de publicação.

Gráfico 1 - Quantidade de publicações por repositórios temática do PDDE



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

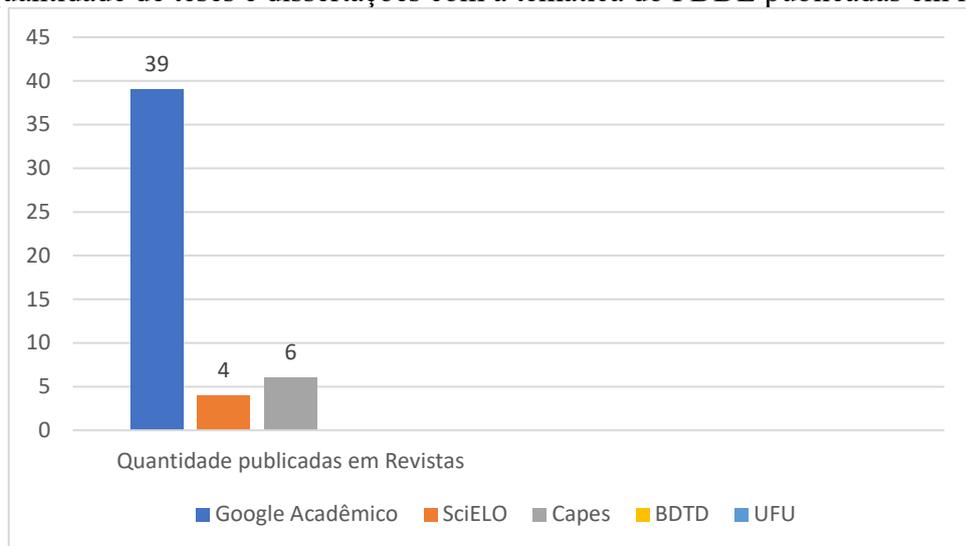
Gráfico 2 - Quantidade de dissertações e artigos – temática central do PDDE



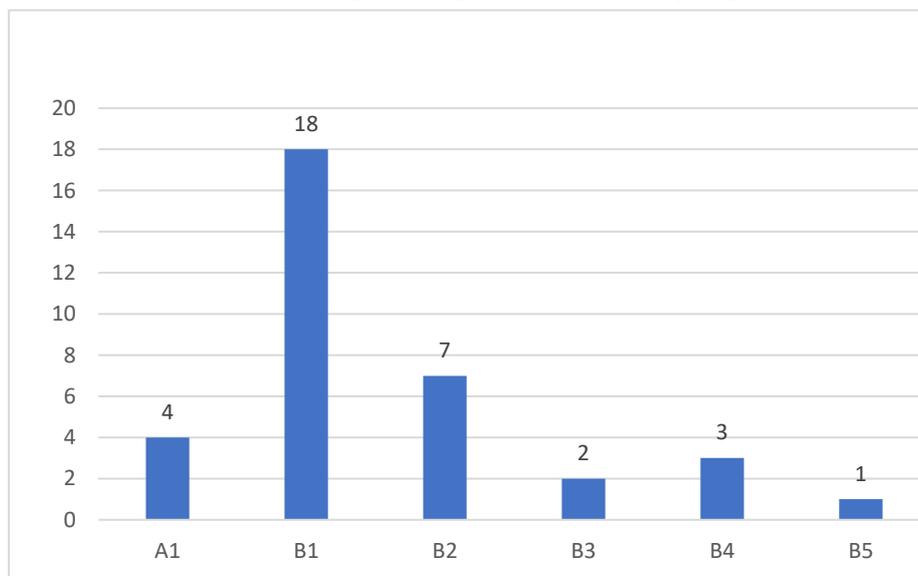
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Já os dois gráficos a seguir explicitam a quantidade de publicações sobre PDDE (teses e artigos científicos) em revistas. O montante total é de 49 trabalhos que estão presentes em periódicos. O quarto gráfico apresenta os *Qualis* identificados em 35 publicações. É importante ressaltar que o *Qualis* de revista é um sistema de classificação usado no Brasil pela CAPES para avaliar a qualidade das revistas científicas. Ele atribui uma pontuação (de A1 a C) a cada revista, levando em conta critérios como relevância, qualidade do corpo editorial, revisão por pares, alcance temático e impacto. Essa classificação é usada para avaliar a produção científica de pesquisadores e instituições, influenciando o financiamento, as promoções acadêmicas e a distribuição de recursos. No entanto, é importante considerar outros fatores, como escopo da revista e rigor metodológico, ao selecionar um veículo de publicação, além do *Qualis*. Não houve produções internas qualizadas, pois o sistema da biblioteca UFU não tem como finalidade esta classificação, mas, sim, funcionar como um banco de dados quantitativo dos trabalhos produzidos no âmbito da instituição.

Gráfico 3 - Quantidade de teses e dissertações com a temática do PDDE publicadas em revistas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Gráfico 4 - Contagem de *Qualis* do acervo pesquisado

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

É válido ressaltar que os repositórios foram escolhidos por três motivos. Primeiro: pelo acesso virtual; segundo, pelo tipo de obra desejada; e terceiro, para verificação quantitativa dos estudos alusivos ao tema PDDE. Nessa lógica, entendemos que eles são instrumentos essenciais para a busca das teses e dos artigos científicos, pois nos permitiram ampliar o acesso a uma vasta gama de fontes acadêmicas, tornando a pesquisa mais ágil, pois nos ofereceram recursos de busca avançada e possibilitaram o uso de métricas de citações constantemente atualizadas. Portanto, essas ferramentas

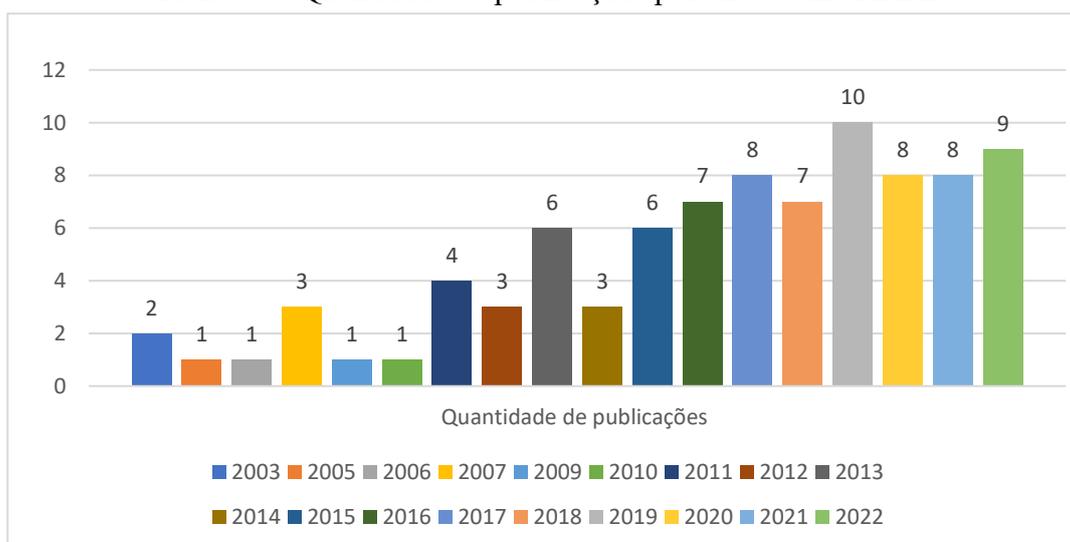
ajudam os pesquisadores, os estudantes e os profissionais a encontrarem e utilizarem informações científicas de forma eficiente e de acordo com as necessidades de cada recorte temático.

Ao analisar a produção científica acerca do PDDE, nitidamente encontramos as primeiras publicações no início dos anos 2000. Provavelmente, isso deve-se ao fato de que, naquele contexto, o programa já tinha sido consolidado, e os resultados e percepções acerca de sua execução já estavam sendo analisados por inúmeros agentes. Portanto, assim que o programa ganhou mais visibilidade e importância, os pesquisadores começaram a se interessar pelo assunto e a realizar estudos científicos a partir desse período.

Também, esse aumento de interesse ocorre em função do acesso ampliado às informações disponibilizadas pelo poder público, o que contribuiu e tem contribuído para a democratização do conhecimento sobre o programa. Anteriormente, a produção acadêmica em torno do PDDE era escassa, com poucos estudos abordando o tema de forma aprofundada. No entanto, com a abertura de dados e informações governamentais, os pesquisadores passaram a ter acesso a um maior volume de informações sobre o programa, o que fomentou o desenvolvimento de estudos mais detalhados e empíricos.

Toda essa gama de discussão está visivelmente aplicada no gráfico a seguir. Temos, de acordo com o Produto final, a quantidade de publicações científicas acerca do PDDE por ano, desde 2003. É possível verificar esse aumento e evolução do número de publicações, consolidando, assim, as discussões e análises acerca da execução do programa.

Gráfico 5 - Quantidade de publicações por ano – tema PDDE



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Ademais, com o amadurecimento do entendimento do PDDE como braço efetivo de políticas públicas de financiamento da educação pública brasileira, sua execução se expandiu juntamente às escolas públicas brasileiras e, conseqüentemente, com o impacto provocado, o programa tornou-se mais visível no tocante ao interesse em pesquisá-lo, como também em analisar a sua efetividade enquanto política educacional de repasse financeiro suplementar entre a comunidade acadêmica.

Portanto, conseguimos enxergar, a partir do Produto aqui apresentado, que, à medida que o PDDE progredia, foram sendo disponibilizados mais dados e informações sobre sua implementação e resultados e, conseqüentemente, mais estudos e pesquisas foram publicizados, aumentando o interesse de estudo sobre o programa. É importante destacar que, ao longo do tempo, o programa foi se aprimorando e se adaptando, graças à contribuição dos profissionais técnicos que trabalharam e continuam trabalhando em sua implementação pelo FNDE. Esses especialistas reconheceram o potencial do programa e reivindicaram um papel de destaque nas ações estatais voltadas para as políticas educacionais. Essas informações foram e ainda são importantes para embasar pesquisas científicas de qualidade, fornecendo evidências e subsídios para a realização de estudos mais precisos e aprofundados. Assim, a partir dos anos 2000, os pesquisadores passaram a contar com um acervo de dados mais sólido e consistente para realizar suas investigações.

Esse repositório temático de teses, artigos científicos e dissertações reúne uma variedade de pesquisas acadêmicas da área de educação, políticas públicas e também de áreas do conhecimento diversas, proporcionando acesso facilitado a um vasto acervo de conhecimento sobre o PDDE. Esses materiais oferecem compreensões valiosas, abordando diferentes perspectivas, metodologias e resultados obtidos por pesquisadores nessa área específica. Isso permite que gestores, educadores, pesquisadores e demais interessados acessem referências confiáveis e atualizadas para embasar suas práticas, políticas e ações relacionadas ao programa.

A disponibilidade desse repositório de teses e dissertações sobre o PDDE contribuirá para incentivar novos estudos e pesquisas na área da educação e políticas educacionais. Além de oferecer referências bibliográficas relevantes, o banco de dados pode inspirar novos pesquisadores a explorarem lacunas de conhecimento, proporem questionamentos e realizarem investigações empíricas. Essa retroalimentação entre a prática e a pesquisa é fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo do programa.

Além disso, através do repositório de teses e dissertações, é possível identificar ações efetivas de boas práticas educativas, com uso dos recursos financeiros do PDDE, desenvolvidas em diferentes instituições e regiões do país. Ao ter contato com documentação arrolada, o interessado poderá

acessar e conhecer diferentes obras que versam sobre a gestão eficiente dos recursos do PDDE, as estratégias de aplicação dos recursos, bem como as implicações dessas práticas nos resultados educacionais. Esse levantamento não teve a preocupação de separação por área de conhecimento, mas sim, de apresentar os estudos encontrados sobre o tema, independentemente da área de estudo ou pesquisa. Entretanto, mesmo primando por um levantamento interdisciplinar, grande parte das obras produzidas e aqui apresentadas trata-se de pesquisas do campo da educação e políticas públicas educacionais.

Nosso segundo Subproduto refere-se a um arquivo em formato de PDF (*Portable Document Format*) contendo arcabouço jurídico-normativo acerca do PPDE. Como instrumento de busca, optamos por utilizar os *sites* oficiais governamentais<sup>6</sup>, pois estes são fontes de informações confiáveis e atualizadas, garantindo que as legislações educacionais encontradas estejam em conformidade com as últimas atualizações e modificações.

Assim, foram inseridas no repositório 114 legislações que dão o suporte legal para o amplo funcionamento do PDDE. Todas elas são apresentadas por uma breve explanação sobre seu teor legal, com seus respectivos números e datas de início de validação. Além disso, nos preocupamos com o manuseio desse acervo; para isso, este poderá ser acessado clicando no título do documento. Assim o pesquisador terá acesso ao documento oficial via *site* oficial do FNDE. Entretanto, devido às mudanças de governo a partir do ano de 2023, esses documentos foram retirados do *site*<sup>7</sup>.

De acordo com o *site* oficial do FNDE, o PDDE, criado no ano de 1995, também conhecido pelas entidades participantes como PDDE Básico, atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC n.º 15, de 16 de setembro de 2021. Essa resolução dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Desse modo, essas legislações se fazem presentes no repositório, contribuindo para linha histórica jurídica que traça a efetividade de sua execução.

Nesse viés, pautamo-nos no princípio de que as legislações educacionais são instrumentos que estabelecem as normas, diretrizes e políticas públicas que regem o sistema educacional de um país. Portanto, buscar essas legislações nos *sites* oficiais do Governo Federal permite ter acesso direto a leis, decretos, portarias e outros documentos que constituem a base legal da educação, garantindo a

---

<sup>6</sup> Para a pesquisa do arcabouço jurídico a respeito do PDDE utilizamos o *site* oficial do FNDE: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>.

<sup>7</sup> Para solucionar esse detalhe o autor irá inserir todos os documentos das legislações citadas na nuvem, juntamente ao Produto, para legitimar todo o trabalho realizado.

compreensão adequada e atualizada das diretrizes educacionais em vigor.

Trazer a base legal do PDDE em um repositório amplia a chave do conhecimento, e também permite um embasamento sólido para todas as ações e decisões relacionadas ao programa. As leis, decretos e normativas estabelecem as diretrizes, regras e critérios que devem ser seguidos para a correta utilização dos recursos destinados às escolas. Esse conhecimento permite que gestores, diretores, professores e demais envolvidos na gestão do PDDE ajam de acordo com o que é estabelecido pela legislação, garantindo a legalidade e efetividade das práticas.

Desse modo, conhecer a base legal do PDDE é de extrema importância para uma gestão eficiente, transparente e legalmente respaldada. O conhecimento das leis, decretos e normativas que regem o programa proporciona embasamento para as ações e decisões, garante a transparência e prestação de contas, assegura direitos e deveres, além de prevenir irregularidades e desvios. É fundamental que gestores, educadores e demais envolvidos no PDDE estejam familiarizados com as leis pertinentes, contribuindo para o bom funcionamento e sucesso do programa.

De maneira em geral, entendemos que o repositório temático dedicado ao PDDE permite reunir, em um único local, um vasto acervo de informações sobre o programa. Isso inclui teses e dissertações defendidas em instituições de ensino superior, bem como legislações específicas, como leis, decretos e portarias que regem todo o programa. Essa centralização facilita o acesso à informação e economiza tempo, evitando que os usuários busquem informações dispersas em diversas fontes.

Além disso, esse processo permite tanto a expansão quanto o aprofundamento do conhecimento sobre o programa, disponibilizando no repositório análises detalhadas, pesquisas de campo, estudos comparativos e resultados de avaliações. Essas informações contribuem para uma compreensão mais abrangente de questões relacionadas ao PDDE. Essas pesquisas podem trazer concepções valiosas para a melhoria do programa e para o desenvolvimento de práticas mais eficazes na gestão de recursos financeiros nas escolas.

Enfim, esse repositório temático acerca do PDDE possibilita a disseminação do conhecimento produzido sobre o programa. Ao tornar essas informações acessíveis e disponíveis para a comunidade acadêmica, gestores, professores e demais interessados, o repositório amplia o diálogo e o debate em torno do PDDE. Isso contribui para a circulação de ideias, o enriquecimento do conhecimento coletivo e estímulo à produção de novos estudos e novas pesquisas.

É importante frisar que as atuações dos CECAMPEs em todas as regiões do Brasil desempenham um papel fundamental no interesse por estudos e pesquisas sobre o PDDE, ao oferecer orientações técnicas, assessoria especializada, promover a avaliação e o compartilhamento de boas

práticas, além de fortalecer a formação profissional dos envolvidos. Isso vem fomentando análises e produções científicas, contribuindo para o aumento de pesquisas bibliográficas sobre tema. Assim, o repositório será um instrumento de pesquisa que poderá ser atualizado recorrentemente, a partir do desenvolvimento de novas produções que forem elaboradas, possibilitando um maior entendimento e efetivação do programa, posto que grande parte desse levantamento auxiliou na construção da narrativa textual aqui apresentada neste estudo dissertativo.

O Produto pode ser acessado de duas maneiras diferentes. A primeira forma é pelo link a seguir, que leva ao repositório completo que está inserido dentro da plataforma *Google Drive*. Assim, para acesso, basta clicar no seguinte link:

[Clique aqui e acesse o produto final – Repositório PDDE](#)

Outra via para chegar ao repositório criado é através do *site* oficial do CECAMPE Sudeste UFU. O tutorial a seguir apresenta o passo a passo, para facilitar o acesso:

**Passo 1:** Abra o seu navegador de Internet e digite o endereço do *site* do CECAMPE Sudeste UFU na barra de busca.

O endereço do *site* é: <https://proexc.ufu.br/cecampesudeste>

Figura 1 - Tela principal do site CECAMPE Sudeste



Fonte: Captura de tela feita pelo autor (2023).

**Passo 2:** Procure a opção “dados”, que está do lado esquerdo, e clique nela.

Figura 2 - Tela principal do site CECAMPE Sudeste



Fonte: Captura de tela feita pelo autor (2023).

**Passo 3:** Em seguida, procure a última opção, em que está escrito “Banco de dados”, como mostra a figura seguir:

Figura 3 - Tela principal dos dados site CECAMPE Sudeste



Fonte: Captura de tela feita pelo autor (2023).

**Passo 4:** Ao clicar no Banco de dados, você será direcionado à plataforma *Google Drive* e terá o acesso a todo o Produto final.

Figura 4 - Tela do repositório de legislações, artigos e teses do PDDE na plataforma *Google Drive*, via *site* CECAMPE Sudeste



Fonte: Captura de tela feita pelo autor (2023).

Nossa intenção, por meio da elaboração deste Produto, é apresentar aos interessados um banco de informações sobre legislação do PPDE, que nos permite compreender e historicizar, por meio deste arcabouço normativo, o entendimento processual dessa política pública, que poderá expandir os horizontes para diversas pesquisas e estudos sobre o tema. Do mesmo modo, apresentamos um banco de artigos, dissertações e teses que auxiliará futuras pesquisas. Esse banco está organizado por ano de publicação, o que também facilita entender e refletir sobre os olhares dos pesquisadores para tais políticas de financiamento, e assim tecer reflexões, entendimentos e novas análises. É um banco que poderá ser retroalimentado por cada pesquisador, particularmente, a partir de outros estudos produzidos ou encontrados. Como tal acervo ficará disponível no *site* do CECAMPE Sudeste UFU, ele poderá ser atualizado continuamente pela equipe, a partir do levantamento realizado por este estudo.

## SEÇÃO 1 – COMPREENDENDO O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1990-2022)

O direito à Educação tem sido a premissa das principais reivindicações dos movimentos organizados, e é o que baliza as ações políticas em torno das mudanças ocorridas na educação brasileira nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988 e outros arcabouços jurídicos normativos, como a LDBN (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), por exemplo, são reflexos dessas reivindicações, sobretudo objetivando que os direitos e as oportunidades sejam para todos os brasileiros, e que a educação de qualidade faça parte da vida de toda a população.

Esse arcabouço legal referenda o papel da escola como locus central da concretização, de forma satisfatória, das etapas escolares, visando acesso a uma aprendizagem capaz de subsidiar os estudantes a uma formação escolar voltada para as transformações sociais, culturais e políticas, ou seja, uma educação que prepare para a vida, para a cidadania e para o mundo do trabalho. Mesmo que essa seja uma premissa muito mais balizada em utopias do que em concretizações, vale as tentativas de igualar as diferentes camadas sociais por meio do acesso às políticas públicas; no entanto, essa narrativa de igualdade precisa ser revista. O que carece fazer valer é a garantia de acesso aos mesmos direitos de oportunidades, assegurando, assim, a permanência e o ingresso de todos os menos privilegiados nos espaços de produção de conhecimento.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e dados do Censo Escolar (2019), é preciso garantir que a educação cumpra seu papel social, sendo esta um direito fundamental e um dos pilares para o desenvolvimento das pessoas, do ponto de vista social, cultural, político e econômico, uma vez que os desafios são complexos e o fortalecimento da educação pública é uma necessidade, o que referenda nossas reflexões neste estudo.

Nos dizeres de Andrade (2019),

As políticas públicas assumiram, ao longo do tempo, importância cada vez mais expressiva no desenvolvimento do Estado e na vida dos indivíduos, envolvendo ao mesmo tempo a ação governamental e o processo jurídico-institucional de construção da decisão política. Trata-se de ações que buscam assegurar direitos de cidadania, consagrados nas Constituições modernas ou que se afirmam em razão do reconhecimento da sociedade e dos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas e comunidades. Nesse sentido, enquanto ramo da ciência política, o campo das políticas públicas preocupa-se em compreender como e por que os governos optam por determinadas ações (Andrade, 2019, p. 303).

A proposta desta seção é contextualizar sinteticamente alguns aspectos das políticas educacionais brasileiras, em especial aquelas que colaboraram para a efetivação de ações e programas

encabeçados pelo FNDE, em especial o PDDE, cuja preocupação central, desde sua consolidação, foi garantir uma educação pública de qualidade por meio da descentralização de recursos financeiros.

Na composição do nosso fio condutor, de entendimento desses contextos, utilizamos notícias de jornais que foram produzidas por diferentes meios de comunicação brasileiros e que versavam sobre mudanças no cenário das políticas públicas nacionais entre as décadas de 1990 e 2020, as quais nos auxiliaram a perceber em quais contextos as narrativas foram produzidas e de que modo elas direcionavam os temas abordados.

Nesse sentido, Calonga (2012) afirma que

Historiadores de diversos matizes teóricos reconheceram na imprensa escrita novas possibilidades de análises e ressignificações do passado. Contudo, a inserção dos impressos na produção historiográfica brasileira, especialmente o uso de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, ainda é recente se comparado a Europa e Estados Unidos. Somente nos últimos anos, os trabalhos que se valham de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil se consolidaram. Identificam-se, a partir daí, relativo aumento na utilização dos periódicos como documento e objeto de pesquisas, incluindo-se dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de artigos e/ou livros (Calonga, 2012, p. 86).

Salientamos que, segundo Calonga (2012), os jornais constroem discursos, produzem estratégias e práticas que se vendem como “verdades” com autoridade, legitimando escolhas, pontos de vistas, justamente por serem um produto social margeado por relações de forças detentoras de poder.

Não podemos deixar de frisar que as políticas educacionais são mecanismos fundamentais para promover caminhos de oportunidades à educação e garantir a qualidade do ensino no Brasil; porém, serviram como ferramentas políticas para referendar padrões e valores sociais, educacionais, político, econômicos, entre tantos outros, efetivados por algumas políticas públicas educacionais. O termo “políticas públicas” ganhou visibilidade no cenário dos principais estudos e pesquisas sobre educação a partir dos anos de 1980, fruto das tratativas de construção de um projeto de educação brasileira e das discussões dos movimentos sociais durante a pré-Constituinte e referendado na Constituição de 1988.

Apropriamos da visão de Andrade (2019, p. 303), que traduz o entendimento de políticas públicas como sendo “um conjunto de ações, programas e decisões do poder público, com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados, visando assegurar ou promover determinado direito social, assegurado constitucionalmente”. Entretanto, as políticas públicas são lidas por vários estudiosos como mecanismos utilizados por governos com o intuito de enfrentar

desafios e alcançar objetivos específicos de interesse público. Consideramos as políticas públicas, de acordo Souza (2003), como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2003, p. 13).

Levando em consideração o aspecto educacional, as políticas públicas podem ser compreendidas à luz de um conjunto de ações, programas e medidas adotadas pelo Estado, para garantir o acesso, a qualidade e a equidade na educação. Elas apresentam como discurso a promoção da melhoria da educação em todos os níveis, desde a educação infantil até a educação superior, e incluem ações como a construção de escolas, a formação de professores, a elaboração de currículos, a oferta de bolsas de estudos, entre outras, e funcionam como possibilitadoras do avanço da educação ofertada. As políticas públicas educacionais são fundamentais para garantir o direito à educação e para promover o desenvolvimento social e econômico do país.

Outro aspecto significativo diz respeito à imagem das políticas educacionais de Estado, ou seja, aquelas institucionalizadas e de responsabilidade ou do Governo Federal ou estadual e/ou municipal, visando o enfrentamento das desigualdades sociais e incentivando a promoção da educação como um direito fundamental a todos os cidadãos. Abrangem desde a criação de leis e normas que regulamentam o funcionamento das instituições educacionais, até a implementação de programas de formação de professores, investimento em infraestrutura escolar, elaboração de currículos e avaliação da qualidade do ensino.

É importante ressaltar que as políticas educacionais são aqui compreendidas não de forma isolada, mas, sim, articuladas e promovidas pelo Estado, em prol do bem comum, posto que entendemos que as políticas educacionais refletem as escolhas feitas pela sociedade em relação à educação e são influenciadas/influenciadoras das relações políticas e de poder existentes.

Ao longo da história da educação brasileira, diversas políticas públicas foram implementadas e influenciaram o cenário educacional do país. Desde os “Regimentos” criados no governo de D. João III, editados em 1548, que orientaram as ações do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, até a legislação atual, como a Lei n.º 9.394/96, conhecida como a LDBN, essas políticas têm buscado promover a melhoria da educação em suas diferentes etapas e modalidades. É evidente que,

em cada momento histórico atendeu às intencionalidades políticas e ideológicas e às visões de mundo do período, e hoje isso não tem sido diferente.

Tendo como lócus temporal de entendimento dessas políticas educacionais a transição das décadas de 1980 para 1990, momento em que o Brasil passa por um período de transição política, saindo de mais de duas décadas de ditadura civil-militar e se colocando no trilho em direção à redemocratização, entendemos que esse processo se deu fomentado por jogos de interesses que foram formatando e calçando o caminho neoliberal de efetivação de legislações e mudanças.

Um ponto de grande relevância que aparece como marco das mudanças educacionais diz respeito à promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual a educação assume o discurso do *direito de todos e dever do Estado*. Com essa nova perspectiva, o Estado se viu pressionado, pelos mecanismos internacionais, a investir mais na educação básica e a promover a universalização do ensino. Essas ações foram levantadas como questões necessárias de intervenções para que o país se reposicionasse nos trilhos do progresso e da modernização, que foi a contrapartida dos investimentos internacionais na reestruturação educacional, de infraestrutura efetivadas a partir de então.

A partir da década de 1990, foram concretizados diversos momentos de mudanças de direção nas políticas educacionais brasileiras. Com a ideia de globalização, livre mercado, competitividade, produtividade, reestruturação produtiva, reengenharia e “revolução tecnológica”, o Estado passou a adotar uma postura mais neoliberal, com enfoque na privatização e na descentralização das políticas educacionais, como bem nos diz Oliveira (2010). Para ele, o

Neoliberalismo é uma expressão derivada de liberalismo, doutrina de política econômica fundada nos séculos XVIII e XIX que teve como orientação básica a não intervenção do Estado nas relações econômicas, garantindo total liberdade para que os grupos econômicos (proprietários dos meios de produção; burguesia, usando uma definição marxista) pudessem investir a seu modo os seus bens. Na perspectiva liberal, o Estado deixa de regular a relação entre empregador e trabalhador, entre patrão e empregado, entre burguesia e proletariado. Isso fatalmente conduz as relações de produção a uma situação de completa exploração da classe proprietária sobre a classe despossuída (Oliveira, 2010, p. 6).

É importante frisar que as políticas neoliberais foram instituídas no Brasil, de forma mais pontual, durante os governos dos presidentes Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), e se caracterizaram pela desregulamentação da economia, privatização de empresas estatais, abertura de mercados, reformas nos sistemas de previdência social, saúde e educação, descentralização dos serviços e diminuição dos gastos sociais. Toda essa gama de reformas foi baseada em diagnósticos, relatórios e recomendações de organizações internacionais de

financiamento e órgãos voltados para a promulgação dessa nova perspectiva econômica e política e modificaram não só os setores estatais, como a própria relação entre Estado e sociedade civil.

Um desses órgãos que indicaram mudanças na estrutura política, social e econômica brasileira foi o Consenso de Washington, que juntamente com o FMI, BM e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), pregou políticas econômicas para países em desenvolvimento (principalmente na América Latina), baseadas nos pressupostos neoliberais, como a não intervenção do estado na economia, a desregulação econômica, a privatização de empresas estatais e a disciplina fiscal, mantendo gastos mínimos por parte dos governos nas áreas sociais.

Segundo Yanaguita (2013),

Durante os governos de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, as políticas educacionais, de certa maneira, tiveram, ainda que em ínfimas proporções, participação da sociedade (mesmo na forma de resistência) e, portanto, certo controle sobre as ações neoliberais propostas pelo BID e BIRD. No entanto, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência do país, praticamente se escancarou as portas para que as políticas educacionais, particularmente para o financiamento da educação, seguissem as diretrizes desses organismos, tomando novos rumos e ganhando destaque na legislação educacional com criação do FUNDEF, o qual pôs o financiamento no centro das discussões educacionais (Yanaguita, 2013, p. 37).

Deste modo, as políticas educacionais, no governo de Fernando Collor de Melo, foram influenciadas pelas ideias trazidas do Consenso de Washington, com foco na integração financeira e no compartilhamento de responsabilidades com o setor privado, como o “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995)” e no projeto “Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991)”, que teve a tendência de compartilhar responsabilidades iguais entre Governo, sociedade e iniciativas privadas, reforçando a ideia de que essa articulação com o setor empresarial traria benefícios à nação brasileira, logrando, certamente, êxito na infraestrutura econômica tecnológica e educacional (Yanaguita, 2013).

Assim, de acordo com Krawczyk (2002),

Os impactos sobre os sistemas adotados (descentralização e autonomização das instituições educacionais) contribuíram para a divisão do encargo educacional entre as instâncias do governo, incentivando parcerias com instituições não-governamentais e empresas privadas no projeto de modernização da gestão pública. Argumentam, para a defesa desse interesse, que com as escolas públicas passando a receber investimentos do setor privado, terão a possibilidade de adaptar-se à competição, melhorar o seu serviço e fortalecerem-se de acordo com os imperativos internacionais (Krawczyk, 2002, p. 56).

Portanto, iniciam-se, em diferentes governos, diversas reformas, promovendo um enxugamento dos gastos públicos voltados para as esferas sociais. A educação não sai ileso, sendo alvo de inúmeras mudanças por parte do governo brasileiro, mesmo que contrariando a filosofia da Carta Magna de 1988.

Procurando proporcionar um entendimento dessas mudanças educacionais, apresentamos, a seguir, os caminhos de mudanças educacionais ocorridas nos mandatos de diferentes governantes federais, a fim de proporcionar um entendimento do cenário e do porquê de sua efetivação.

### **O Governo Collor, suas ações educacionais e sua difusão na mídia brasileira**

São várias as críticas na mídia sobre os programas educacionais do governo de Collor. Destacamos as narrativas contidas nas reportagens do jornal “O Globo”, do dia 29 de setembro de 1990. De acordo com essas narrativas, estava sendo lançado, naquele contexto, o “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995)”, que apresentava, à época, as bases gerais da proposta de seu governo para o período de 1991 a 1995. A ideia norteadora do Programa, segundo a reportagem, é a necessidade de inserir o Brasil na revolução tecnológica, que acontecia no mundo através da modernização em vários segmentos. Na educação, a aposta deste governo era a promoção de uma gestão descentralizada, com participação de atores não-estatais e com maior atuação dos estados e municípios, o que, segundo essa gestão, culminaria na melhoria da qualidade da oferta das modalidades de ensino, inserindo as escolas numa dinâmica de mudanças e transformações mundiais.

Segundo nossa ótica, as narrativas jornalísticas ditam o tom desse novo projeto para a educação. A reportagem do jornal “O Globo”, do dia 20 de dezembro de 1990, com o título “Educação receberá 5.6 trilhões até 1995”, apresenta a seguinte narrativa:

BRASÍLIA - O Presidente Collor lançou ontem, no Palácio do Planalto, um ambicioso plano educacional, com o objetivo de modificar, nos próximos cinco anos, o quadro de crise na educação pública, da pré-escola à universidade. O plano batizado com o nome de Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação vai receber até 1995, segundo previsão do Ministério da Educação, investimentos de Cr\$ 5,59 trilhões. A meta é de que até o final deste Governo os gastos com educação passem dos atuais 3,5% para 6% do Produto Interno Bruto (PIB). O programa foi lançado antes da reunião setorial de ontem (O Globo, 2024).

É perceptível a oficialidade dos investimentos como um feito do governo de Collor. A narrativa enfatiza a previsão aplicação de 5,6 trilhões até o final do mandato de Collor, mas não analisa os impactos das mudanças propostas na conjuntura nacional de então e nem reflete sobre ela.

Numa outra narrativa, a mídia destaca como ação inovadora as mudanças de caráter educacionais implementadas por este governo, como pode ser observado na reportagem a seguir, com o título “Melhorias da merenda à pós-graduação”, de 29 de dezembro de 1990, do jornal O Globo:

BRASÍLIA - O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação para 1991-1995 visa a melhorar o desempenho do sistema educacional do País em praticamente todos os setores, desde a distribuição da merenda escolar à formação de profissionais em nível de pós-graduação. As metas em todos os 29 programas setoriais são amplas. Apenas um dos programas, o de distribuição do livro didático, a cargo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), pretende distribuir até o final do Governo 84 milhões de livros a alunos, bibliotecas e salas de leitura, a um custo de Cr\$ 18,7 bilhões (O Globo, 2024).

Outra questão abordada nessas reportagens lança luz sobre a atuação do FNDE e a descentralização da aplicação desses recursos financeiros necessários para a melhoria da educação. Não foi ressaltada a importância da questão federativa da gestão compartilhada entre os diferentes níveis de governo (União, estados e municípios). Portanto, para Castro e Menezes (2003),

Como conclusão, destaca-se que não por acaso a administração Collor de Mello ficou cunhada na literatura como “administração/educação espetáculo”. Ou seja, o governo tinha sua atuação mais voltada para criar efeitos midiáticos a partir de anúncios “bombásticos” de programas e ações do que efetivamente para a viabilização desses projetos tão efusivamente alardeados. A política educacional foi paradigmática dessa situação, pois muitos planos e metas chegaram a ser anunciados com grande impacto midiático - os planos de atendimento às crianças, redução do analfabetismo, universalização do ensino fundamental, etc. -, porém, quando se procuram as ações efetivas, nota-se que praticamente nada foi executado; o que, segundo a literatura, caracteriza o período como tendo sido de “muito discurso e pouca ação” (Castro; Mendes, 2003, p. 13).

Dois anos após assumir como presidente, Collor sofreu o processo de *impeachment* e foi destituído do cargo executivo, devido a diversos escândalos de práticas ilícitas que mancharam de vez o seu governo e a história da Nação. É importante lembrar que muitos meios de comunicação que o apoiaram nas eleições em 1990 foram os mesmos que tiveram papel determinante para sua saída do cargo.

A partir de 1992, assume a presidência do Brasil o vice-presidente. Itamar Franco, de imediato, iniciou a construção do “Plano Decenal de Educação para Todos”, que envolvia estados e municípios

na construção de seus próprios planos, com o intuito de valorizar e respeitar as realidades regionais e envolver diversos atores na discussão e elaboração desse documento, atendendo às imposições da economia internacional para futuros investimentos no país. E, como bem disserta Yanaguíta (2013),

O Plano Decenal para Todos (1993-2003), fruto de negociações com a UNESCO, foi concebido para dar sequência aos compromissos internacionais que o Brasil deveria assumir. Por isso, este Plano direcionou novos padrões de intervenção estatal (gestão própria do setor privado), recolocando as políticas educacionais como embates travados no âmbito das diretrizes governamentais – a descentralização. Essa visão de descentralização foi incorporada pelos planos posteriores como um redimensionamento a novas formas de gestão educacional através de um gerenciamento eficaz, com vista ao aumento da produtividade e competitividade pelas instituições escolares. Incorpora-se à linha modernizadora de implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhe autonomia financeira, administrativa e pedagógica (Yanaguíta, 2013, p. 31).

Ainda no contexto de políticas públicas educacionais, ocorreram alguns avanços significativos na descentralização da gestão dos programas educacionais. Essa descentralização permitiu o financiamento de projetos e a assistência aos educandos em diferentes níveis de governo. Apesar de ser um processo ainda em desenvolvimento, houve um impulso inicial para institucionalizar mecanismos que contemplassem a descentralização das políticas públicas. Em geral, Padilha (2016) afirma que

A educação voltou a ser prioridade na agenda governamental, recebendo intervenções em todos os níveis de ensino e modalidades. Os programas foram remodelados, a participação social foi ampliada e o governo mostrou-se disposto a dialogar com os diferentes setores educacionais tanto no momento de formular quanto implementar suas ações. Os resultados só não foram mais profícuos devido a pelo menos três fatores: diminuto tempo de mandato – pouco mais de dois anos – ;escassez de recursos financeiros; e manutenção do ideário neoliberal, derivada da pressão dos organismos multilaterais (Padilha, 2016, p. 96).

Sendo assim, o MEC teve como objetivo, ao efetivar o Plano Decenal de Educação para Todos, dar resposta aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em Jomtien em 1990, visando a universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo, demonstrando atenção às questões em pauta, garantindo a continuidade dos investimentos internacionais.

O documento foi fruto da construção de planos menores, com propostas para compor os planos decenais nacionais realizados por estados e municípios desde maio de 1993, e de debates iniciados no mesmo período, com a participação de entidades da sociedade civil — como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação

(Consed), e de organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a UNESCO. Ao término dos dez anos, o objetivo era o de garantir conteúdos mínimos de aprendizagem para crianças, adolescentes e adultos.

É evidente que esse plano sofreu severas críticas, que foram estampadas nos noticiários de TV e mídia impressa, como bem trazem as reportagens a seguir, do jornal O Estado de São Paulo. Na primeira reportagem, publicada no dia 02 de setembro de 1994, com o título “Críticos planos municipais de educação”, temos a seguinte introdução:

BRASÍLIA - O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, detectou, falhas nos Planos Decenais de Educação preparados pelos municípios. Segundo técnicos do Ipea, eles podem comprometer a meta de melhoria do sistema educativo brasileiro. A ausência de definições claras de objetivos, o improvisado e a excessiva dependência do governo federal indicam, de acordo com a análise, "uma situação de irresponsabilidade coletiva no trato da educação" (Estadão, 2024).

Já na segunda reportagem, publicada no dia 25 de abril de 1994, com o título “BIRD deve emprestar US\$ 414 milhões ao País”, o jornal traz a seguinte colocação:

O ministro da Educação, Murílio Hingel, disse ontem, no Rio, que o Banco Mundial (Bird) deverá emprestar ao Brasil US\$ 414 milhões para o plano decenal de educação. O plano prevê investimento de US\$ 736 milhões até o ano 2004, já incluído o empréstimo do Bird. Segundo Hingel, o Brasil foi convocado pela Unesco e a Unicef a criar o Plano Decenal de Educação Para Todos, a exemplo do que ocorreu com a China, Índia, Nigéria, Indonésia, Paquistão etc. Segundo o ministro, a merenda escolar é prioridade de sua administração e deverá contar com um orçamento de US\$ 10 milhões este ano. "A merenda escolar é intocável", afirmou (Estadão, 2024).

Em ambas as reportagens, é nítido como órgãos internacionais influenciavam diretamente as políticas públicas educacionais no Brasil. Os ditames feitos pelo BIRD a partir dos empréstimos para a educação trazem uma lógica prática para abordagens neoliberais no país. Outra ênfase presente nas reportagens foram as críticas feitas pelos municípios, devido à efetivação de uma gestão mais descentralizada, compartilhada e cooperativa, tanto entre níveis de governo quanto entre estes e a sociedade civil, posto que todos estavam acostumados com um governo com ações centralizadas, de controle e disseminação, que não proporcionava a mediação, mas, sim, a imposição de cumprimentos normativos em que as escolas eram o locus final do processo, e não o interlocutor de sua execução e definição de prioridades.

Um dos desafios do governo Itamar Franco foi tentar estabilizar o país tanto política como economicamente. Em 1994, é criado o Plano Real, com objetivo de conter a inflação que assolava o país há tempos. O projeto ficou a cargo do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que após obter sucesso com a nova moeda, se candidatou a presidente e assumiu o cargo a partir do ano de 1995.

### **O governo FHC e a política neoliberal na educação**

FHC deu “continuidade à política econômica inaugurada na década de 1990, mantendo a abertura às exportações, o programa de privatizações de grandes empresas estatais e outras iniciativas, visando à inserção do país no contexto de uma economia globalizada” (Vieira, 2008, p. 171).

Dentro da esfera educacional, foi delineado o documento “Mãos à obra, Brasil”, de 1994, que expressava a proposta de governo de FHC e trazia como meta balizadora a descentralização das decisões, que implicava numa revisão do papel das atribuições das esferas de governo, refletindo-se sobre as formulações da educação e suas novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade (Vieira, 2009). Portanto, esse projeto de gestão ganhou contornos fortes no mandato de FHC, que executou uma política de descentralização focada na responsabilidade de execução e gestão de recursos públicos, em especial os educacionais, e, concomitantemente, se consolida no exercício da cooperação e articulação dessa tarefa com estados e municípios e sociedade civil.

No ano de 1996, foi criada a Lei n. 9394/96, contendo a nova LDBN, que dispõe, entre outros aspectos, sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); redefine os currículos, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); e estabelece as políticas de avaliação, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (Provão). Essas mudanças trouxeram novas formas de gestão, novos processos de avaliações educacionais e houve o custeio da educação básica, com o estabelecimento de “[...] uma nova regulação assentada na descentralização e maior flexibilidade e autonomia local, acompanhando tendência verificada em âmbito internacional” (Oliveira, 2009, p. 202).

O governo FHC lançou vários programas que, segundo ele, seriam aliados para vencer os obstáculos da educação, que tropeçava sem encontrar um norte, e que, na visão governamental, o principal problema a ser combatido seria o da má gestão dos recursos financeiros, posto que

impactava na não execução, a contento, dos recursos repassados a estados e municípios para melhorias estruturais e pedagógicas da educação escolar.

Essas políticas de descentralização seriam facilitadoras do compartilhamento de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo (União, estados e municípios), que serviria para evitar repetições de diversos problemas anteriores nos níveis estaduais e municipais.

No entanto, é importante destacar que o avanço da descentralização da política educacional no Brasil permitiu otimizar recursos, aumentar a efetividade das políticas e tornar o processo mais transparente. Porém, a implementação da descentralização trouxe limitações que afetaram a melhoria efetiva dos serviços educacionais, de modo que, muitas vezes, não promoveu a autonomia dos estados e municípios, apenas transferiu a responsabilidade pela implementação das políticas federais aos estados e municípios, e estes tentaram transferir essa responsabilidade para a sociedade civil, por meio da imagem da necessidade de inserir a comunidade dentro das escolas, na condição de parceiros e colaboradores ou como chamados pela mídia de: “amigos da escola”.

O jornal “O Globo”, do dia 12 de março de 1995, mostrava uma relação estreita entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e o BIRD. Com o título “BIRD quer ampliar créditos para o país”, essa reportagem narrava o seguinte:

WASHINGTON - O Banco Mundial (Bird) está interessado em iniciar um "novo diálogo" com o Brasil. Uma proposta nesse sentido será apresentada esta manhã diretamente ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, pelo vice-presidente do Bird para a América Latina e o Caribe, Sahid Javeb Burki. Nessa conversa, da qual também deverão participar os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e José Serra, do Planejamento, Burki vai sugerir a criação de um grupo de projetos a serem desenvolvidos nos próximos quatro ou cinco anos. Segundo ele, o limite de crédito dependeria mais de uma decisão do Governo do que do banco. [...]

O país chegou a receber pouco mais de US\$ 2 bilhões anuais do Bird. Essa cifra poderia ser aumentada, dependendo da capacidade do Governo de bancar a contrapartida (em geral 50% dos projetos). O chamado "novo diálogo", segundo Burki, será uma nova maneira de fazer negócios. Ela incluirá inclusive o setor privado, tanto nacional quanto estrangeiro: o Bird pretende criar fundos especiais de investimentos para projetos de infraestrutura no Brasil, em áreas como telecomunicações, energia e transporte. Os recursos viriam de empresas privadas, e o banco entraria como avalista (O Globo, 2024).

Assim, essas mudanças deram curso à execução de uma política neoliberal que, segundo Jacomeli (2011), ocorreu:

No âmbito do sistema escolar, essa “selva” de legislação aprovada em 1996 possibilita que o governo federal centralize em suas mãos a definição das políticas educacionais, mas descentralizando a execução para Estados e municípios. Essa descentralização, que não leva em consideração as realidades de Estados e Municípios, acabou criando uma desigualdade muito grande de cidade para cidade, de região para região e de Estado para Estado. Exemplo desse mecanismo de controle das políticas educacionais é a reformulação do SAEB, com vistas a avaliar o desempenho das escolas. O Provão e o Enem são exemplos desses mecanismos de avaliação usados para aferir os níveis do ensino médio e superior (Jacomeli, 2011, p. 124).

Portanto, essas reformas educacionais efetivadas nos anos 1990 tiveram como pano de fundo o princípio da descentralização dos recursos financeiros repassados pelo Estado, como também a autonomia das instituições educacionais. Essas mudanças estão inseridas num projeto de modernização da gestão pública brasileira pautado nas ideias de organismos internacionais como o BM. O alinhamento parte da ênfase do Estado mínimo e da racionalização de gastos públicos, como também da defesa de investimentos privados nas escolas públicas. Nesse contexto, foram consolidadas as reformas e formulações das políticas educacionais no Brasil, no que tange às intenções do neoliberalismo mundial.

### **O governo Lula e o redimensionamento da educação nacional**

Durante os anos de 2002 a 2010, a presidência no Brasil ficou a cargo de Luís Inácio “Lula” da Silva. Em seu governo, a educação passou por algumas permanências de políticas educacionais anteriores, como também por transformações pautadas na melhoria da qualidade da educação, sustentando-se a partir de um compromisso com a inclusão social e a redução das desigualdades. O governo lança diversos programas para atender às demandas sociais, promovendo, assim, investimentos significativos por parte do Estado Federal.

Dentro dessa linha, o governo lançou, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que foi um conjunto de programas que visou melhorar a educação no Brasil, que ficou resumido, segundo Saviani (2009),

Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica, situam-se o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Plano de Metas do PDE – IDEB, duas ações dirigidas à questão docente (“Piso do Magistério” e “Formação”), complementadas pelos programas de apoio “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guia das Tecnologias

Educação”, “Educacenso”, “Mais Educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital”. Com o acréscimo de três novas ações (“Conteúdos Educativos”, “Livre do Analfabetismo” e “PDE Escola”), em 2009 acedem a 15 ações que incidem globalmente sobre a educação básica (Saviani, 2009, p. 6).

Portanto, o PDE, por meio de parcerias com os municípios, foi (re)desenhando uma arquitetura política, valorizando a dimensão da tomada de decisões entre os entes federativos e as instituições da sociedade civil, apelando para “a responsabilização e mobilização de todos os agentes públicos envolvidos com a educação” (Brasil, 2008).

A matéria de capa do jornal O Estado de São Paulo, do dia 16 de março de 2007, estampou a frase: “Novo plano cria ‘provinha’ para avaliar alfabetização”, que remete ao novo plano do governo Lula, o PDE. Nesse pequeno trecho, fica enfatizado que esse programa iria criar uma “provinha” para medir a qualidade da alfabetização, e também são citadas algumas ações que poderiam ocorrer, sem explicar, de fato, quais os impactos que a efetivação dessa proposta causaria na educação. Citamos, a seguir, um trecho da reportagem:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ontem o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que pretende estabelecer sistemas de metas e avaliação nas escolas de todo o País. Para saber se a alfabetização está dando resultados, o Ministério da Educação vai criar mais uma avaliação, a Provinha Brasil, para crianças entre 6 e 8 anos. "Nós estamos no pior dos mundos. Estamos vendo crianças ficarem quatro ou cinco anos na escola e a gente faz um teste apenas na 4ª série", disse o presidente. O governo também quer evitar que os estudantes deixem a escola cedo demais, ampliando o Bolsa Família para jovens de 16 e 17 anos. O pacote ainda inclui medidas para melhorar a formação de professores, o transporte escolar, a informatização nas escolas e a qualidade do material didático, além de ajudar municípios a construir mais creches (Estadão, 2024).

Uma das principais ações do governo Lula, nesse mandato, foi a criação do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2007, que teve como objetivo medir o desempenho dos alunos e aferir a qualidade da educação básica a partir da aplicação de avaliações externas. A métrica usada para analisar as médias foi de acordo com indicadores externos, e a partir desses resultados é oferecido apoio técnico e financeiro pelo Governo Federal aos municípios que apresentam notas abaixo da média.

Outro programa significativo foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que veio a substituir o FUNDEF. Prometendo sanar as falhas deste último, esse Fundo ampliou as fontes de financiamento para a educação básica, garantindo recursos para todos os níveis de ensino e centralizando a distribuição de recursos para estados e municípios.

De forma geral, o FUNDEB utiliza-se de critérios de distribuição, como o número de alunos matriculados e o valor adicionado por aluno, para direcionar recursos adicionais para as regiões com menor capacidade de investimento em educação. Isso contribui para reduzir as desigualdades no acesso à educação de qualidade.

A reportagem realizada pelo jornal Folha de São Paulo, do dia 29 de dezembro de 2006, pôs em evidência o novo FUNDEB, destacando ainda o compromisso do Governo com repasse de recursos e as mudanças promovidas pela substituição do FUNDEF pelo FUNDEB. Com o título de: “Lula assina MP que regulamenta Fundeb”, a reportagem traz o seguinte:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem a medida provisória que regulamenta o funcionamento do Fundeb, o fundo que financiará a educação básica na rede pública do país a partir de 2007. Mas a polêmica em torno de qual etapa de ensino receberá mais recursos foi adiada pelo governo. Ficará a cargo de uma comissão com representantes de Estados, municípios e do governo federal a responsabilidade de definir, a cada ano, os valores mínimos a serem investidos em cada uma das etapas-ensino infantil (creche e pré-escola), fundamental, médio, educação de jovens e adultos e ensino especial.

Nessa perspectiva, como destaca Portela (2009),

O Fundeb corrige uma das principais deficiências do Fundef, a de concentrar recursos e, portanto, garantir melhor financiamento apenas para o ensino fundamental. Essa abrangência foi resultado de lutas de parte da sociedade civil organizada, especialmente no que concerne à educação infantil. O aspecto do Fundeb, claramente pior que o Fundef, é a complementação da União, pois no caso do Fundef a previsão era que a complementação da União elevaria o per capita de todos os estados com valores abaixo da média nacional. O inconveniente, no caso do Fundef era que a União não cumpria com essa responsabilidade. No caso do Fundeb, depois de estar funcionando completo, a partir deste ano, a complementação estará limitada a 10% do Fundo, conseguindo elevar todos à média nacional ou não. Ambos não dão conta de dois problemas cruciais. O primeiro é combater a desigualdade interestados. Isto leva ao absurdo de termos estados com per capita médio quatro vezes maior do que o de outros [...]. A segunda e mais importante limitação é que em nenhum dos dois se conseguiu um aumento decisivo do gasto em educação básica no País (Portela, 2009, p. 13).

No quesito ensino superior, algumas políticas de financiamento foram implementadas, evidenciando-se o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Ambas tiveram como intuito facilitar o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais e financiamento estudantil.

Percebemos que toda política educacional no governo de Lula foi pautada pela ampliação do acesso à educação e pela redução das desigualdades no sistema educacional brasileiro. A implementação do PNE, do ProUni, do FIES e do Fundeb, além dos investimentos na formação e valorização dos professores, foram fundamentais para promover avanços significativos na área da educação durante esse período. É evidente que não foram, na sua totalidade, eficazes, mas auxiliaram no processo de aparo das arestas que ainda dificultavam o atendimento aos tratados internacionais firmados anteriormente.

### **O governo Dilma Rousseff/Michel Temer: as duas faces de uma mesma moeda**

Com o término do governo Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT) lança a candidatura de Dilma Rousseff, que se tornou a presidenta vitoriosa nesta eleição. Sua gestão teve início no ano de 2011, e posteriormente ela foi reeleita em 2014. No ano de 2016, a partir de um processo político-jurídico ela foi retirada do poder, por meio de um golpe parlamentar que possibilitou o fim da sua gestão.

No aspecto educacional, o governo de Dilma Rousseff dá continuidade aos programas criados pelo seu antecessor, enfatizando a ampliação do acesso à educação e a melhoria da qualidade educacional, com programas e ações voltados para diferentes etapas e níveis de ensino.

De 2016 a 2018, o governo ficou nas mãos do vice-presidente Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB). Na sua gestão, dentro da esfera educacional foram implementadas políticas de cunho liberal e privatista. As ideias estavam em consonância com os ditames do capitalismo internacional, pautadas em privatizações e retiradas de direitos sociais.

Exemplo disso foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 55, de 2016, que congelou os gastos públicos em até 20 anos, com o objetivo de controlar o déficit fiscal e equilibrar as contas do governo. Entretanto, esse teto de gastos ficou focado principalmente em áreas sociais imprescindíveis para o país, como a educação básica, ocasionando um retrocesso na qualidade como um todo. Desse modo, segundo Delgado, Nascimento e Silva (2020),

Algumas considerações a respeito das duas principais medidas tomadas pelo governo Temer, com impacto direto na educação, são relevantes. A primeira medida, conhecida como a “PEC do Fim do Mundo”, limita os gastos públicos com políticas sociais e de assistência por vinte anos, a partir de 2017. Tal política implica em perdas reais de investimento nas áreas de educação, saúde e assistência social. Na educação, representa perdas de investimentos públicos anteriormente previstos para

o setor. Assim, há uma ameaça à garantia do direito constitucional a uma educação pública e de qualidade para toda a população. Isso também implica em um aumento da possibilidade de lucro do setor privado, que se amplia a partir da precarização e carência na oferta de serviço por parte do Estado (Delgado; Nascimento; Silva, 2020, p. 354).

Na reportagem do jornal O Globo, do dia 1º de outubro de 2016, vimos nitidamente o lobby jornalístico em defesa da aprovação da PEC dos gastos e também da previdência. Palavras e frases de efeito, como “contas que não fecham” e a “falência” do Brasil, trazem um efeito ao leitor de que essas reformas são necessárias e imprescindíveis para o país, em nome da salvação, principalmente da economia. Na reportagem intitulada “Ofensiva pelas reformas”, os impactos nas áreas sociais, como a educação, não são discutidos em todo o texto. É válido salientar que o governo Temer atuou alinhado aos interesses dos grandes empresários, mídia e de órgãos financeiros internacionais. Assim, fica escancarado para qual lado essas políticas são benéficas. A seguir, temos alguns trechos da reportagem:

O alto escalão do governo iniciou uma ofensiva para aprovar as reformas estruturantes da economia e escolheu como arma dados assustadores para convencer a sociedade e os parlamentares sobre a importância das duas propostas de emenda constitucional (PEC) - a que fixa um teto gastos públicos, em tramitação no Congresso, e a que altera o regime de aposentadoria, prestes a ser enviada ao Legislativo. O argumento é: se os gastos da União não forem contidos, em apenas quatro anos 95% do orçamento federal serão consumidos pela folha de pagamento dos servidores e por benefícios previdenciários e assistenciais. Praticamente sem recursos para investir em áreas prioritárias, como educação, saúde e infraestrutura, a União vai acelerar seu endividamento para fechar as contas: a dívida pública, que atualmente equivale a 70% do Produto Interno Bruto (PIB), baterá 100% em 2024. Se essa proposta não for aprovada, a dívida pública poderá chegar a 100% do PIB em 2024, ou mesmo antes. Será a falência do Estado brasileiro afirmou o presidente Michel Temer, durante apresentação em fórum empresarial em São Paulo. Ao assumir a Presidência, nos impusemos uma missão: a de inocular no Brasil uma vacina capaz de imunizar o país contra o populismo fiscal. Esses dois indicadores - parte da estratégia de realismo fiscal-vêm sendo martelados não somente pela equipe econômica, mas diretamente por Temer e o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, em eventos públicos e privados com políticos, empresários, sociedade civil e formadores de opinião. Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem que, se a reforma da Previdência não for feita, será necessário um aumento da carga tributária da ordem de 10% do PIB para financiar o crescimento do déficit do INSS até 2060 (O Globo, 2024).

Além disso, esse período ficou marcado pela a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que teve como objetivo determinar as competências e habilidades essenciais que

todos os alunos devem adquirir durante sua trajetória educacional, como também serviu como base na construção dos currículos das unidades federadas. Nesse ínterim, tivemos a reforma do Ensino Médio, que buscou flexibilizar a estrutura do currículo, permitindo que os estudantes escolhessem itinerários formativos de acordo com seus interesses, como áreas de conhecimento específicas. Essa reforma propôs a ampliação da carga horária e a busca por uma formação mais voltada para o mercado de trabalho.

Na reportagem feita pelo jornal O Globo, do dia 22 de setembro de 2016, com o título “Distante da escolha dos sonhos”, temos, na primeira parte da página, a notícia de que 69% dos estudantes estão insatisfeitos com o modelo educacional no Brasil, devido a diversos fatores, evidenciando necessidade de mudanças no sistema educacional. Os dois primeiros parágrafos do texto estão escritos da seguinte forma:

Encontrar um aluno que não goste de estudar, em geral, é uma tarefa simples. Por outro lado, identificar os motivos do desinteresse e promover uma mudança no sistema educacional brasileiro tem sido um dos trabalhos mais árduos dos especialistas em educação.

Para detectar os problemas das unidades de ensino, uma pesquisa do programa Porvir, do Instituto Inspirare, em parceria com a Rede Conhecimento Social, divulgada hoje, compilou respostas de 132 mil jovens sobre sua realidade de escolar. O resultado chama atenção: de todos os participantes, 69% estão insatisfeitos com o local onde estudam, e em uma escala de 0 a 5 deram notas inferiores a 3 para ele (O Globo, 2024).

Ainda na citada reportagem aparece a aprovação de uma Medida Provisória que modifica a estrutura do ensino Médio no Brasil, com o título “Medida Provisória que altera o ensino médio será anunciada hoje”. Assim, conseguimos perceber a conexão entre essas duas mensagens, como se o remédio para curar os males da educação brasileira fosse a reforma do Ensino Médio.

### **Jair Messias Bolsonaro: O descaso com a educação nacional**

A partir de 2019, tivemos a gestão do governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito para assumir o cargo de chefe executivo. Marcado por polêmicas e retrocessos, as políticas educacionais nesse período sofreram um aprofundamento das agendas de cortes e asfixiamento dos recursos. Esse governo manteve uma postura neoliberal e neoconservadora, atacando diversas instituições

educacionais, cortando investimentos em ciência e tecnologia e preservando reformas do seu antecessor, como a do Ensino Médio, e o congelamento de gastos.

Entre as medidas que o governo propôs, tivemos programas autocráticos, como a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico militares e o polêmico projeto “Future-se”, o qual teve como intuito a privatização das universidades federais e a inserção do desenvolvimento da lógica empreendedora e inovadora nessas instituições. Além disso, a educação presenciou um contingenciamento amplo das verbas, principalmente ligadas ao FUNDEB, e também a defesa da “Educação Domiciliar” (*homeschooling*) e da “Escola Sem Partido”.

A reportagem a seguir, realizada pelo jornal “O Globo”, do dia 30 de janeiro de 2019, nos traz uma discussão acerca da medida provisória para liberar a prática da educação domiciliar no Brasil, com o título “Ensino em casa: associação de educação domiciliar é autora de Medida Provisória para liberar a prática”. Com críticas assertivas, o texto abordou como esse tipo de atividade pode gerar a falência de políticas públicas educacionais, como também a dificuldade que o estudante poderia enfrentar na sociedade. Também destacou a associação com fundamentalistas pautados em um moralismo ultraconservador para a aprovação dessa prática. A seguir, temos alguns trechos da reportagem:

Anunciada como prioridade gestão Bolsonaro, a permissão para pais substituírem a escola regular pelo ensino dos filhos em casa foi adotada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por influência da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned). O diretor jurídico da entidade, Alexandre Magno Fernandes Moreira, é secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global do ministério desde o dia 14. A adoção do modelo tem gerado preocupação na área educacional. Especialistas defendem que o ambiente escolar é fundamental para a formação integral da criança. [...] Para os defensores da prática, há urgência na aprovação da medida porque recentemente o Supremo Tribunal Federal “jogou as famílias na ilegalidade” ao decidir que só pode ser feita educação domiciliar quando houver regulamentação. Entre argumentos como oferecer uma educação de maior qualidade e evitar episódios de bullying e violência, os adeptos do ensino em casa apontam a necessidade de preservar “princípios morais da família”, conforme descreve o *site* da Aned. O ponto é justamente o que desperta a preocupação de educadores (O Globo, 2024).

Todas as ações do governo Bolsonaro englobaram uma agenda neoliberal. Segundo Silva (2015),

Evidentemente a estratégia neoliberal de conquista hegemônica não se limita ao campo educacional, embora ele ocupe aí um lugar privilegiado, como um dos muitos elementos passíveis de serem utilizados como técnica de governo, regulação e controle social. O que estamos presenciando é um processo amplo de redefinição

global das esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representações são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política liberal. O que está em jogo não é apenas uma reestruturação neoliberal das esferas econômica, social e política, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significações sociais. O projeto neoconservador e neoliberal envolve, centralmente, a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e o social fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista (Silva, 2005, p. 13).

Portanto, houve uma desvalorização da educação, com sucateamento das universidades e restrição de recursos para ciência e tecnologia, de modo que o governo concentrou esforços em uma política voltada para o mercado e para o setor financeiro, em detrimento da qualidade e do acesso à educação.

A partir desse histórico das políticas públicas educacionais no Brasil, enfatizando o contexto da década de 1990 até o ano de 2022, fica nítido quais foram os programas políticos que foram propostos em cada governo. Dessa forma, a influência neoliberal, que se tornou evidente nas políticas educacionais a partir do governo de Fernando Collor, foi se fortalecendo durante os anos de FHC.

De 2002 a 2016, durante a gestão dos governos desse período, foram incorporados programas a partir do viés social, trazendo reformas para a inclusão, expansão do acesso e melhoria da qualidade da educação no Brasil. Entretanto, a partir do fim da gestão de Dilma Rousseff, o que vimos foi a volta dos preceitos liberais mais tradicionais, marcados por silenciamentos e congelamentos de gastos nessa área educacional.

O que vale aqui destacar é que, mesmo diante de tantas idas e vindas, alguns programas puderam ter continuidade nesses diferentes momentos históricos, como é o caso do PPDE, que por persistência e insistência de profissionais que atuam e atuaram no FNDE, driblaram o descaso de alguns gestores, fazendo com que as ações se fortalecessem para que os recursos chegassem às escolas brasileiras e pudessem, de certo modo, amenizar as incertezas vivenciadas.

## SEÇÃO 2 – O PDDE COMO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

Com base no redesenho das políticas educacionais, destacamos que algumas ações dos governos brasileiros (1990-2022) foram institucionalizadas como políticas de Estado, estruturaram autarquias, com orçamentos e políticas educacionais específicas para serem executadas e acompanhadas, como é o caso do FNDE e de seus programas educacionais; entre eles, o PDDE.

Contextualizando, podemos afirmar que o FNDE, ao longo de sua trajetória como autarquia, permitiu a operacionalização, de maneira autônoma, de políticas educacionais, fazendo valer as diretrizes constitucionais. Por isso, mesmo diante de governos que possivelmente poderiam causar impactos negativos, o FNDE conseguiu manter-se firme e seguir os seus princípios norteadores propostos, garantindo a continuidade de suas ações em benefício da educação, muito mais por profissionalismo, engajamento, pró-atividade dos técnicos efetivos que ali atuam/atuaram, do que pela vontade política dos governos.

De modo positivo, compreendemos que o PDDE, como política pública em efetivo exercício desde 1995, faz parte de um modelo descentralizado de gestão financeira de programas educacionais que tem como base a expansão e a diversidade das ações educacionais e de repasse direto de recursos financeiros para as escolas públicas, sendo, assim, um pilar dentro do FNDE, cujo propósito se ancora em efetivar políticas educacionais de financiamento, sejam elas com recursos do tesouro nacional ou fruto de acordos internacionais, desde que promovam a melhoria da qualidade da educação e da gestão escolar.

É válido salientar que a melhoria da educação está associada à execução consciente na gestão dos recursos e à efetivação de práticas pedagógicas e de gestão que valorizem os múltiplos sujeitos da escola, permitindo que atendam às suas necessidades específicas e promovam melhorias no ambiente educacional. Além disso, o PDDE prima pela numa utilização consciente dos recursos financeiros, contribuindo para uma maior eficiência da gestão escolar.

O FNDE projeta olhares diferenciados para a gestão educacional e, inclusive, tem efetivado, para além de um discurso norteador, o exercício de uma gestão participativa, colaborativa e de parcerias. Sendo assim, uma das ações positivas tem sido a criação-atuação dos CECAMPEs. Desde 2020, esses centros colaboradores têm se dedicado ao monitoramento e à gestão de programas educacionais como o PDDE.

Em parcerias com Universidades Federais, com o objetivo de desenvolver ações e projetos voltados para a manutenção e melhoria das escolas, especialmente no contexto do PDDE e suas Ações Integradas, os centros contam com estrutura e equipe especializadas para executar atividades nas

áreas de interesse prioritário, colaborando na interlocução com os gestores escolares para a boa aplicação, desempenho e acompanhamento de recursos financeiros como os oriundos do PDDE, contribuindo para o alcance de melhores resultados nas escolas.

Sabemos que as políticas públicas de financiamento educacional em nosso país são um instrumento primordial para promover e contribuir para o exercício de uma educação de qualidade a todos os estudantes. Por isso, no decorrer dos anos o Brasil tem passado a aprimorar essas políticas com o intuito de diminuir as desigualdades entre as diversas regiões, no que tange aos fatores socioeconômicos. Sendo assim, diferentes fundos de financiamentos e programas têm a responsabilidade de executar essa tarefa primordial para o desenvolvimento da educação.

A distribuição equitativa dos recursos, a eficiência na aplicação dos investimentos, a transparência na gestão financeira e a garantia de uso efetivo dos recursos são aspectos que demandam atenção contínua por parte das políticas públicas de financiamento educacional, e são desafios para a gestão pública. Nesse sentido, no Brasil, de acordo com a LDBN n.º 9.394/96, a origem dos recursos financeiros que são destinados à educação brasileira são oriundos da:

- a) I - receita de impostos próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- b) II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- c) III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- d) IV - receita de incentivos fiscais;
- e) V - outros recursos previstos em lei (Brasil, 1996).

Portanto, existem diversos fundos, como o FNDE, que destinam recursos para a educação básica. São fundos que são repassados pelo Governo Federal para as outras entidades administrativas, que têm como objetivo a melhoria das escolas e, conseqüentemente, da educação brasileira.

De acordo com o *site* do FNDE, “o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é uma autarquia federal criada pela Lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 872, de 15 de setembro de 1969, e é responsável pela execução de políticas educacionais do MEC”<sup>8</sup>. Ao longo do tempo, o órgão passou por diversas mudanças que ampliaram suas funções e programas executados, além de aumentar a quantidade de recursos sob sua gestão.

O FNDE foi concebido durante a ditadura militar como uma resposta à redução dos recursos destinados à educação e à retirada da vinculação constitucional. Criado em 1968 pela Lei n.º 5.537, e posteriormente modificado pelo Decreto-Lei n.º 872, de 15 de setembro de 1969, o FNDE tem como

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>.

objetivo principal captar recursos financeiros e direcioná-los para o financiamento de projetos educacionais e de pesquisa, incluindo, ainda, programas de alimentação escolar e concessão de bolsas de estudo.

Tendo como premissa alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos, em especial a educação básica da rede pública, o FNDE se tornou o maior parceiro dos 26 estados, dos 5.565 municípios e do Distrito Federal, e o principal responsável pela efetivação de políticas educacionais com repasses financeiros suplementares.

O FNDE desempenha também um papel fundamental na implementação de ações do MEC voltadas para a Educação Básica. Sua função principal é oferecer apoio financeiro e técnico aos municípios, além de executar iniciativas que contribuam para garantir uma educação de qualidade. Desse modo, uma das principais responsabilidades do FNDE é captar recursos financeiros e direcioná-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, seguindo as diretrizes estabelecidas no planejamento nacional da Educação. Além disso, o FNDE também é responsável pela execução de projetos relacionados à Educação Superior e ao Ensino Técnico.

Portanto, ele obtém recursos de diversas fontes, incluindo impostos sobre loterias e, principalmente, o salário-educação, um tributo de 2,5% que é descontado automaticamente dos salários das empresas. De acordo com a Constituição de 1988, estabeleceu-se que, no mínimo, 25% das receitas tributárias dos estados e municípios e 18% dos impostos federais devem ser destinados à educação. Essa determinação visa garantir uma parcela significativa dos recursos públicos para investimentos na área educacional.

Também, o FNDE, além de inovar o modelo de compras governamentais, atua em diversas frentes com inúmeros projetos e programas em execução, como: Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, que fazem da autarquia uma instituição de referência na Educação Brasileira (Brasil, 2021).

Nesse viés, de acordo com Lobo e Ximenes (2020),

Atualmente, o FNDE participa da maior parte das políticas educacionais desenvolvidas pelo MEC, principalmente as descentralizadas, aquelas que envolvem repasses para estados, Distrito Federal, municípios e organizações não governamentais sem fins lucrativos. Suas ações de assistência financeira podem ser classificadas em três tipos: direta, automática e voluntária. A assistência financeira direta é aquela em que o FNDE centraliza a execução financeira da política, repassando para estados, distrito federal e municípios produtos e serviços (Programa Nacional do Livro Didático e Caminho da Escola). A automática refere-se aos programas que operam por meio de transferências de recursos financeiros, em caráter

suplementar, sem a necessidade de convênio ou instrumento congêneres (PDDE, PNATE e PNAE). Por fim, a assistência financeira voluntária é discricionária e depende da assinatura de termos de cooperação e definição de prioridades por parte do MEC ou no âmbito do Plano e Ações Articuladas (PAR) (Lobo; Ximenes, 2020, p. 11).

Na imagem a seguir, temos uma linha do tempo das principais ações do FNDE, desde sua criação em 1968 até o ano de 2010<sup>9</sup>. O importante é perceber as principais mudanças e programas das últimas décadas, todas focadas em ressignificar as políticas de financiamentos educacionais alcançando uma melhor qualidade de execução.

---

<sup>9</sup> O material foi produzido baseado no *site* “50 anos do FNDE”, disponível em: <https://www.fnde.gov.br/50anos/timeline/index.html>. Acesso em: 24 jul. 2023.

Figura 5 - Infográfico da linha do tempo dos principais programas do FNDE



**14/12/1998**

A consolidação da descentralização do PNAE, já sob o gerenciamento do FNDE, se deu com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98.

**15/03/2003**

Com a publicação da Resolução CD FNDE nº 38, de 15/10/2003, o PNLD é ampliado para atendimento dos estudantes do ensino médio.

**29/12/2003**

Última significativa mudança na execução do Salário-Educação (Lei nº 10.832), contribuição social das empresas destinada a financiar programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública.

**09/06/2004**

Instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE (Lei nº 10.880), que transfere recursos financeiros a estados e municípios para despesas como mecânica e funilaria, combustível, seguros, impostos e terceirização do serviço.

**20/06/2006**

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – Slope (Portaria MEC nº 6) é implantado para gerar base nacional de dados sobre aplicação de receitas vinculadas ao ensino, assegurar transparência ao controle público da aplicação constitucional mínima em educação, entre outros objetivos.

**19/12/2006**

O Fundef é substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Emenda Constitucional nº 53), sendo sua utilização ampliada para toda a educação básica.

**24/04/2007**

Disposto o Plano de Ações Articuladas – PAR (Decreto nº 6.094), instrumento de diagnóstico e planejamento de políticas educacionais oferecido aos entes federados para que solicitem assistência técnica e financeira do MEC/FNDE.

**04/04/2008**

Instaurado o Programa Banda Larga nas Escolas – PBLE (Decreto nº 6.424), para equipar as instituições de ensino com acesso à Internet.

Criado o Proinfância (Resolução CD FNDE nº 6), que visa garantir o acesso de crianças a creches e escolas e também melhorar a infraestrutura física da rede de educação infantil

**10/02/2009**

Disciplinado o programa Caminho da Escola (Decreto nº 6.768), criado para apoiar estados e municípios na aquisição de veículos para transporte dos estudantes da zona rural.

**16/06/2009**

Ampliação do atendimento dos seguintes programas geridos pelo FNDE à toda a educação básica: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) – (Lei nº 11.947).

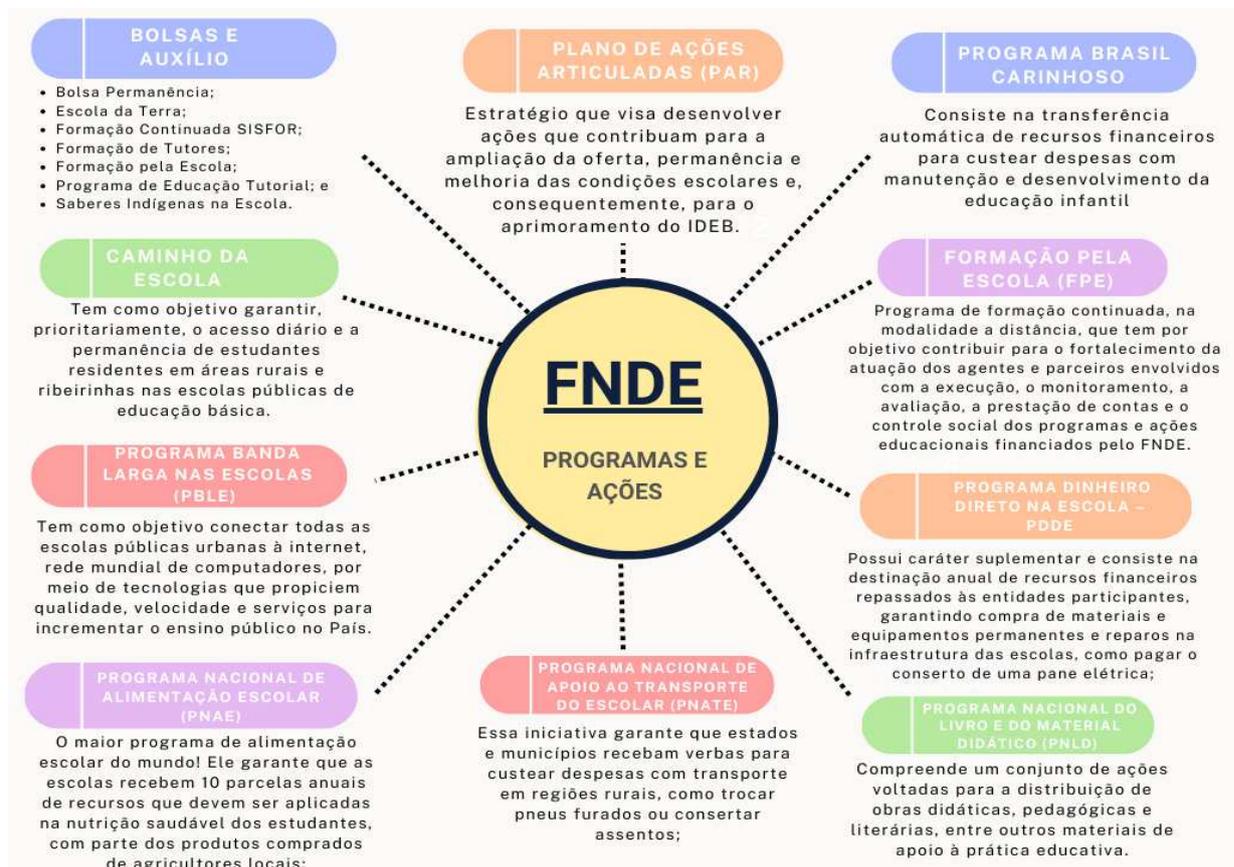
**14/01/2010**

O FNDE torna-se o agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies (Lei nº 12.202), destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

As ações do FNDE, dentro das políticas educacionais, visam a melhoria da infraestrutura das escolas públicas no Brasil, como também a execução das políticas públicas educacionais que atendam às especificidades das escolas. Os repasses são suplementares e não desobrigam estados e municípios a investirem na educação, conforme preconiza a legislação brasileira, já que os repasses dos programas administrados pelo FNDE subsidiam as escolas a terem e a administrarem, por meio das caixas escolares, recursos que atendam às especificidades do cotidiano escolar que precisam de atenção e não podem esperar a morosidade da máquina pública.

Apresentamos, a seguir, um organograma, com o intuito de mostrar os programas efetivos sob a batuta do FNDE<sup>10</sup>.

Figura 6 - Organograma dos programas do FNDE (2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

<sup>10</sup> Priorizamos os programas e ações em funcionamento até o ano de 2022. Todas as informações foram retiradas do site principal do FNDE, disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 25 jul. 2023.

Além desses programas, o FNDE atua em consonância, parceria e execução com outras políticas públicas de financiamento educacional, como por exemplo o FUNDEB, o FIES e o Salário Educação. Ou seja, são diversas atuações às quais esse órgão está ligado, que têm contribuído, ao longo dessas décadas, para a melhoria na educação brasileira.

Desse modo, de acordo com Cruz (2009), os repasses feitos pelo FNDE são realizados por meio de três tipos de ações: direta, automática e voluntária, sendo:

A assistência financeira direta é aquela na qual o próprio FNDE executa a aquisição e a distribuição de produtos entre estados e municípios. A automática, em geral, tem amparo em lei federal que definiu o formato do programa. A automaticidade está determinada pela definição clara de critérios que permitem que a distribuição dos recursos ocorra sem outros elementos que intervenham no financiamento previamente determinado, assim como a dispensa de convênios entre outros, embora exija algum tipo de ação do pleiteante, como a adesão ou atualização de cadastro para que o recurso seja repassado. E a assistência financeira voluntária é um tipo de transferência discricionária que decorre, na maioria das vezes, de convênios para o financiamento de projetos educacionais voltados para diferentes etapas e modalidades da educação básica (Cruz, 2009, p. 16).

Portanto, o FNDE desempenha um papel importante na redistribuição de recursos educacionais, com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades e um padrão mínimo de qualidade no ensino. Isso significa que o órgão busca corrigir as disparidades educacionais através da distribuição equitativa dos recursos, e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente do contexto socioeconômico em que se encontram.

Enfatizamos que as ações do PDDE, criado no ano de 1995. Atualmente, o PDDE é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC n.º 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2021). Desse modo,

Inicialmente este programa viabilizou a transferência dos recursos diretamente para as Prefeituras e suas respectivas Secretarias de educação, e não propriamente para as escolas públicas de ensino fundamental. Somente no ano de 1997, conforme a Resolução nº 03 de 04/03/1997, que estabeleceu critérios e formas de transferências de recursos financeiros às escolas públicas de ensino fundamental, foi que os recursos se destinaram diretamente às escolas (Cardoso, 2009, p. 29).

É fato que o PDDE está intimamente ligado ao processo de reforma do Estado, que teve início nos anos 1990. Nesse contexto, a definição das políticas públicas para a educação no Brasil foi

influenciada pela necessidade de contenção de recursos financeiros na área social. Por isso, o Programa faz parte de um conjunto de reformas no campo da educação que estão sendo implementadas, e é uma iniciativa que procura/procurou otimizar os recursos disponíveis, promovendo a descentralização e autonomia das escolas na gestão financeira, disseminando os princípios balizares da proposta neoliberal implementada.

O Programa foi pioneiro no Brasil ao estabelecer o repasse direto de recursos financeiros da União para escolas públicas, de modo que esse modelo de transferência representou um passo importante na promoção da autonomia das escolas, por gerir o dinheiro destinado à manutenção de sua infraestrutura física e pedagógica. Essa estratégia permite/permitiu que os diretores, professores e a comunidade escolar, por estarem mais próximos da realidade local, tenham/tivessem melhores condições para identificar suas necessidades específicas e, conseqüentemente, usar o dinheiro de forma adequada para sanar, de forma rápida, os problemas surgidos.

Entretanto, a partir do momento em que as escolas ganham autonomia do Estado e assumem mais responsabilidades, elas se deparam com inúmeros desafios decorrentes da falta de entendimento de como realizar a gestão dos recursos financeiros recebidos. Exemplo disso é o caso do dos recursos suplementares oriundos do PDDE.

Segundo o FNDE, a descentralização visa fomentar a participação da sociedade na esfera pública, buscando uma maior aproximação entre o financiamento e a administração, tanto nas relações entre o poder público e o mercado como na transferência de responsabilidades para municípios e escolas, no âmbito da educação. Contudo, grande parte dos recursos suplementares disponíveis acaba chegando às escolas, mas não é aplicada por uma série de motivos, entre os quais destacamos o entendimento da legislação e uso dos recursos, dificuldades na execução e prestação de contas e receio da vinculação do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do gestor ao gasto do montante recebido.

Em suma, a descentralização dos recursos financeiros, à luz da proposta do Estado brasileiro a partir da década de 1990, propiciou o exercício do gasto consciente dos recursos, o fortalecimento de uma gestão mais eficiente e direcionada às demandas e realidades de cada escola. Destacamos que os recursos recebidos por meio do PDDE são bens financeiros públicos, de modo que as escolas podem realizar despesas de dois tipos: custeio e capital.

O PDDE repassa recursos financeiros de caráter suplementar, com destinação anual, às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

1. o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
2. a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica;
3. o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social (Brasil, 2021).

Além disso, esses objetivos exigem a transformação dos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres e Caixa Escolar em entidades de direito privado denominadas Unidades Executoras (UEXs), exigência legal para recepção e gestão dos recursos do PDDE pela escola. Do mesmo modo, o PDDE tem motivado Secretarias de Educação a instituírem programas próprios, com características e critérios similares, e com a utilização da mesma estrutura administrativa (Gonçalves; Luz; Cruz, 2003).

No critério de aplicabilidades, e de acordo com Moreira (2012),

Entre as exigências normatizadas no âmbito do Programa para o recebimento dos recursos financeiros públicos, a escola, uma entidade de direito público, deveria criar uma Unidade Executora (UEX), que se constitui em uma entidade privada sem fins lucrativos com maior flexibilidade legal e administrativa para gerenciamento desses recursos financeiros. No caso de escolas que não formavam uma UEX, os recursos financeiros, à conta do PDDE, eram transferidos por intermédio da secretaria de educação municipal, estadual ou do Distrito Federal. Para definição das despesas a serem realizadas, as decisões da Unidade Executora, em benefício da unidade escola atendida, deveriam ser tomadas por um colegiado – de modo geral, o Conselho Escolar –, que também era responsável pela análise e aprovação da prestação de contas das despesas realizadas com os recursos do PDDE (Moreira, 2012, p. 2).

Resumidamente, o repasse dos recursos do PDDE é direcionado para as contas bancárias das UEXs, que representam juridicamente as escolas, via Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da UEX, pois a escola não é entidade de fins lucrativos.

Os valores são repassados em até três parcelas, a cada quatro meses, oportunizando a utilização desses recursos de acordo com a realidade de cada escola, a partir de decisões dos seus órgãos colegiados, promovendo, assim, a descentralização do dinheiro e uma gestão mais democrática, respeitando as finalidades do programa e as necessidades das escolas.

O recebimento desses repasses depende da adesão espontânea ao Programa, observado o quantitativo de alunos matriculados registrados no Censo Escolar do ano anterior, que deve ser igual ou superior a 50 estudantes. As escolas com número menor de estudantes poderão se juntar a outras na mesma condição e criar um consórcio. O recurso virá destinado para cada uma, em consonância com o número de alunos declarados.

Feita a adesão e apresentada a documentação solicitada, inclusive com a comprovação de criação da Caixa Escolar da Unidade gestora deferida pelo FNDE e com a abertura de conta bancária específica, a UEX está apta a receber os recursos e definir sua finalidade com base na divisão dos mesmos para gasto com capital ou custeio.

Assim que o recurso for recebido, a sua aplicação deverá ser discutida e definida pelo grupo gestor, cuja aplicação precisará ter como princípio o atendimento aos estudantes e a melhoria da educação recebida.

Elencado onde aplicá-lo, deverão ser feitas as cotações dos bens e serviços, e aquele que oferecer o melhor preço poderá ser contratado para os serviços ou fornecer os produtos a serem adquiridos, mediante emissão de nota fiscal e em atendimento às diretrizes do Programa.

Ao final, a unidade de execução prestará contas da aplicabilidade dos recursos aos municípios e estados de acordo com a sua vinculação legal, e estes farão a apresentação das prestações ao FNDE para validação. Com a aprovação dessa prestação de contas, a UEX está apta ao recebimento de novos montantes.

Dessa forma, compreendemos que o PDDE faz parte de um modelo descentralizado de gestão financeira de programas educacionais, levando em consideração, principalmente, a expansão e diversificação de ações do Governo Federal, o qual atende às normativas que regem essa descentralização, criadas e modificadas em consonância com as atualizações e ajustes propostos pela autarquia.

Assim, o PDDE é uma das iniciativas do Governo Federal que tem como propósito:

propiciar a elevação da qualidade do ensino e sua universalização, de modo que toda criança tenha acesso e possa permanecer uma escola dotada de recursos didático pedagógicos e humanos bem preparados, com vistas à promoção da equidade de oportunidades educacionais, como meio de redução das desigualdades sociais e de consolidação da cidadania. A concepção de uma escola que ofereça ensino de qualidade é responsabilidade de todos — governos e sociedade. E é neste contexto que se insere o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Por um lado, provendo, supletivamente, meios para aquisição dos recursos didático-pedagógicos, equipamentos, reparos e conservação do prédio da unidade de ensino. Por outro, reforçando a autogestão escolar e a participação social, mediante descentralização decisória e funcional do emprego do dinheiro (Brasil, 2006, p. 3).

Entre os programas do FNDE, o PDDE se destaca por direcionar seus recursos diretamente às escolas públicas de educação básica, promovendo a sua descentralização. Reforçamos que esses recursos podem ser utilizados de diversas formas, como para aquisição de material permanente,

manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações escolares, compra de materiais de consumo essenciais para o funcionamento da escola, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, avaliação do aprendizado, implementação de projetos pedagógicos e desenvolvimento de atividades educacionais. Então, o seu objetivo principal é fortalecer a gestão escolar e contribuir para a melhoria das condições de ensino nas escolas, proporcionando um ambiente favorável ao aprendizado dos estudantes.

Entretanto, é necessário analisar a efetividade do PDDE e avaliar em que medida ele tem alcançado os seus propósitos na prática. Existe certa dependência das UEXs aos Programas financeiros como o PDDE, uma vez que os gestores possuem autonomia de gasto dos recursos; entretanto, observada a legislação que direciona sua aplicação, o que, para muitos, não se consolida numa autonomia de fato. Por outro lado, existem vários questionamentos de que o gestor escolar não possui conhecimentos contábeis e administrativos para gerir tais recursos ou acompanhar a sua aplicabilidade, tornando vulnerável essa política de financiamento suplementar.

Nesse sentido, segundo Kalam (2011),

[...] uma intensificação do trabalho docente nos ocupantes de cargos de direção, pois as atribuições se avolumaram, em função das exigências colocadas pelos inúmeros programas oficiais. Isso os deixa em situação vulnerável, pois sabem que seu papel se estende muito além de questões administrativo-financeiras. Além disso, o processo de prestação de contas exigido pelo FNDE tem sido objeto de discussão e crítica por parte dos trabalhadores da educação em função da rigidez das exigências, envolvendo um arcabouço burocrático que demanda tempo e conhecimento técnico para realizá-la, a prestação de contas tornou-se um mecanismo de engessamento das direções escolares, que veem seu tempo ser tomado, basicamente, no cumprimento desses meandros administrativos, impedindo-as de exercer, plenamente, seu papel político-pedagógico junto ao coletivo escolar (Kalam, 2011, p. 145).

É importante ressaltar que associadas à dificuldade de gerir os recursos financeiros estão as dificuldades do exercício de uma gestão colaborativa da escola e da aplicabilidade dos recursos, que na maior parte dos casos ficam concentrados nas mãos do diretor-gestor e não há a consulta coletiva da escola em relação à aplicação dos fundos recebidos. Isso gera, muitas vezes, dificuldades na execução e prestação de contas dos recursos recebidos, ancorando as dificuldades sem atender às exigências necessárias e legais de execução dos recursos repassados.

Em outras palavras, as mudanças implementadas pelo PDDE nas escolas públicas exigem o estabelecimento de uma relação direcionada para o exercício da eficiência na gestão escolar e financeira a uma gestão verdadeiramente democrática e participativa. É possível afirmar que as

práticas de gestão baseadas em modelos empresariais, adotadas nas escolas nos últimos anos, dificultam e enfraquecem a efetiva implementação de uma gestão democrática no ambiente escolar. Isso ocorre devido à sobrecarga de tarefas burocráticas impostas ao gestor escolar, que acaba sem tempo e espaço adequados para promover processos educacionais com ampla participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões.

Por isso, o FNDE, nas suas ações de avaliação realizadas nos últimos anos, detectou que muitas instituições escolares públicas brasileiras não estavam fazendo a adesão espontânea ao PDDE, e por isso um montante significativo de recursos deixou de ser investido; por outro lado, percebeu-se que grande parte das escolas que recebem os recursos não os movimentam. Os fatores desta não utilização perpassam desde a insegurança do gestor em aplicar os montantes recebidos, temendo ver seu CPF envolvido em alguma possível inadimplência. Contudo, se o gestor aplica os recursos e realiza a prestação de contas em conformidade com os trâmites legais, isso dificilmente ocorrerá. Detectados tais entraves e ciente da complexidade de resolvê-las, o FNDE efetivou, em 2020, os Centros Colaboradores ligados a Universidades, para tentar otimizar a utilização de recursos de forma célere e consciente.

Partindo dessa realidade, apresentaremos os CECAMPEs que atuaram entre os anos de 2020 e 2022 no desenvolvimento de um conjunto atividades de pesquisa, ensino e extensão voltados para a melhoria da gestão financeira das escolas contempladas pelo PDDE nas cinco regiões brasileiras. Nosso foco são as atividades desenvolvidas pelo CECAMPE Sudeste.

### SEÇÃO 3 – A EXPERIÊNCIA DO CECAMPE SUDESTE UFU

Segundo o Guia de Atuação dos CECAMPEs (Brasil, 2020), a ação dos Centros Colaboradores vem ao encontro de uma das principais preocupações do FNDE, que é o desafio de proporcionar a melhoria da qualidade da educação por meio da aplicação dos recursos financeiros repassados pelo PDDE.

Melhorar a gestão de programas públicos descentralizados no Brasil tornou-se a principal meta do Fundo, uma vez que a preocupação central é a de “assegurar que as ações executadas pelos níveis locais produzam resultados convergentes com as expectativas definidas na formulação dos programas” (Brasil, 2020, p. 4).

Salientamos que a atenção despendida à descentralização de recursos não só atende aos acordos governamentais, como também norteia a política de aplicação de recursos federais, o que, na visão do FNDE (Brasil, 2020), pode suprir

as necessidades específicas de cada município, de cada escola, de forma mais rápida e menos burocrática; por outro lado, aumenta o esforço necessário para acompanhar e controlar a execução por parte dos órgãos centrais, evitando que as finalidades da política sejam desvirtuadas no processo de execução. Confluir esforços em um país de dimensões continentais, organizado sob forma federativa, fragmentado em milhares de entes federados com distintas condições geográficas e características demográficas, múltiplas capacidades econômico-administrativas e diversos níveis de maturidade institucional, indubitavelmente, constitui empreitada complexa e desafiadora para gestão de qualquer política pública descentralizada em âmbito nacional (Brasil, 2020, p. 4).

Mensurar os resultados de alcance dessas políticas, levando em consideração a constituição geográfica brasileira, tornou-se um dos desafios do FNDE na concretização das transferências de recursos aos agentes locais. Para além dessa preocupação, outra que se estabelece com frequência é a do Fundo se fazer presente efetivamente nos municípios brasileiros, diminuindo o distanciamento geográfico dos municípios com o FNDE, apoiando, orientando e dialogando sobre os processos de adesão, execução e prestação de contas dos recursos recebidos, posto ser essa a maior reivindicação dos gestores que se encontram na ponta e têm que executar a aplicação consciente dos recursos financeiros repassados.

A descentralização consciente e efetiva de recursos requer um trabalho contínuo de monitoramento e avaliação, posto que ao monitorar e ao avaliar é possível estabelecer um diagnóstico das especificidades locais e regionais, face à aplicação dos recursos em consonância com as particularidades de cada município e às especificidades do próprio Programa.

O papel central dos CECAMPEs é proporcionar uma compreensão clara do Programa, auxiliar os gestores na utilização consciente dos recursos e na prestação de contas. Além disso, eles desempenham um papel fundamental ao incentivar a adesão, execução e prestação de contas por parte das escolas que ainda não participam do PDDE. Assim, são parceiros nesse processo, atuando como importantes intermediários na sensibilização e na reformulação do uso dos recursos financeiros, em conjunto com os governos estaduais e municipais. Esta parceria se faz também com o FNDE. Foi incentivada por esta autarquia, a fim de promover a sua aproximação com os entes federados, por meio também dos CECAMPEs. Para que isso se efetivasse, o Fundo reelaborou suas políticas internas e concretizou a parceria com as Universidades públicas por meio da Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escola (CGAME). Com isso, foi possível chegar até os diferentes gestores escolares do país, em cada uma das cinco regiões geográficas brasileiras.

É válido salientar que os CECAMPEs consistem em unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver atividades no âmbito dos programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o PDDE e suas ações integradas. De acordo com o Guia de atuação dos CECAMPEs (Brasil, 2020), suas áreas de atuação são:

1. Formação de gestores da educação básica;
2. Gestão do conhecimento;
3. Monitoramento e avaliação de políticas educacionais;
4. Métodos, técnicas e instrumentos aplicados à gestão de políticas públicas;
5. Controle social de políticas públicas;
6. Políticas de manutenção e melhoria das escolas (Brasil, 2020, p. 6).

Entre as diversas formas de performance consideradas prioritárias na colaboração dos programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, o Guia de atuação dos CECAMPEs (Brasil, 2020) destaca as seguintes:

1. Formação de gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações, capacitando-os quanto aos aspectos conceituais, normativos e operacionais necessários à execução e acompanhamento dessas políticas;
2. Assessoria técnica a entes federados e entidades envolvidas com a gestão descentralizada dos programas/ações, especialmente quanto aos processos de adesão, execução e prestação de contas, contribuindo para solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas;
3. Realização de levantamentos de dados, pesquisas, estudos e demais análises para monitoramento e avaliação, a fim de subsidiar a tomada de decisão para melhoria no desempenho dos programas/ações;
4. Desenvolvimento e aplicação de modelos, métodos, técnicas, produção de material instrucional (cartilhas, manuais, folders, etc.) e tecnologias que contribuam

para aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações, contribuindo para elevar eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade dessas políticas (Brasil, 2020, p. 6-7).

Sabemos que os CECAMPEs foram concebidos em 2018, e através de um edital direcionado às universidades foi realizado o convite, por meio de envio de proposta com o objetivo de sediar esses Centros, em parceria com as ações do FNDE, principalmente no contexto do PDDE. Cinco universidades públicas foram selecionadas, uma em cada região do Brasil<sup>11</sup>.

Nosso foco de atenção é a primeira edição das atividades do CECAMPE Sudeste UFU no período de 2020-2023. Durante esse biênio, foram realizadas diversas ações no âmbito da assistência técnica, incluindo atualizações para gestores, por meio de oficinas de trabalho, palestras, comunicações dialógicas, apresentação e análise de dados. Entre os dados analisados, destacam-se o cálculo do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada (IdeGES), o acompanhamento dos recursos recebidos, o perfil das escolas e o monitoramento dos repasses financeiros do PDDE, com o desenvolvimento de ferramentas e estratégias de análise de dados. Esse mapeamento permitiu não apenas acompanhar a aplicação dos recursos financeiros, mas, também, construir um diagnóstico sociocultural e pedagógico das unidades executoras, por meio dos dados do Censo Escolar.

O CECAMPE Sudeste UFU teve, na etapa 1, como proposta de trabalho, a realização de um conjunto de atividades formativas de extensão, pesquisas, monitoramento e de avaliação de programas e de ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, em especial, aquelas contempladas pelo PDDE, inseridas geograficamente na região Sudeste do país. Esse conjunto de atividades formativas teve como propósito “apoiar a gestão e contribuir para melhoria do desempenho das políticas públicas voltadas para o avanço qualitativo da Educação Básica nacional” (CECAMPE, 2021, p. 1).

Dessa maneira, o CECAMPE Sudeste UFU segue as seguintes diretrizes para a sua atuação:

promover a construção coletiva de saberes orientados para o desenvolvimento de ações formativas no âmbito da gestão escolar;

criar uma rede de conhecimentos sobre a formação continuada de professores/as gestores/as, possibilitando aos/as trabalhadores/as das escolas públicas repensarem suas concepções e práticas a partir de dados, de pesquisas e de estudos educacionais da gestão escolar.

valorizar e possibilitar a reflexão sobre o fazer cotidiano da gestão escolar participativa em todos os aspectos da escola pública, na busca do estabelecimento de práticas eficazes e empreendedoras de gestão dos recursos do PDDE;

---

<sup>11</sup> Na região norte, a Universidade Federal do Pará; no nordeste, a Universidade Federal da Paraíba; no centro-oeste, a Universidade de Brasília; na região sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e, por último, a responsabilidade pela região sudeste ficou atribuída à Universidade Federal de Uberlândia, sendo definido como CECAMPE Sudeste UFU.

assessorar tecnicamente os/as parceiros/as na gestão dos programas e de ações, tendo como referência o IDEGES-PDDE<sup>12</sup>, no tocante ao cumprimento das políticas públicas e na proposição da aplicação consciente das verbas públicas.

investigar, por meio dos indicadores de referência do IDEGES-PDDE, a eficiência dos processos de execução do Programa pelas entidades gestoras; objetivando verificar como elas têm empregado os valores recebidos (CECAMPE, 2021, p. 2).

Segundo os documentos de constituição do CECAMPE Sudeste, ele tem como carro-chefe a formação continuada e as pesquisas focadas na gestão escolar, principalmente no que tange à aplicação dos recursos recebidos pelo PDDE. O objetivo disso se pauta no cumprimento, de maneira assertiva, da legislação, como também a melhoria dos índices de qualidade da gestão e da escola.

Em sua carta de princípio, o CECAMPE Sudeste destaca duas dimensões de sua atuação: a **pesquisa** e a **formação continuada**. Assim, as capacitações destinadas aos profissionais da educação são direcionadas, especificamente, para as políticas de financiamento na educação pública, com ênfase no PDDE.

Sendo assim, a formação continuada está baseada em três pressupostos epistemológicos: **Gestão Democrática, Equidade e Educação Social e Etnicamente Referenciada**, que direcionam a construção de uma trilha formativa, partindo do objetivo de “[...] oportunizar experiências de formação continuada aos/às profissionais da educação [...], visando o monitoramento e o êxito da gestão de programas educacionais” (Carta de Princípios, 2021, p. 02).

A metodologia pautada nessas formações foram duas, segundo a Carta de Princípios (2021) do CECAMPE. A primeira via plataforma *Moodle*, onde foi construída uma trilha formativa, que está em consonância com as bases epistemológicas previamente estabelecidas; dividida em cinco temas que compõem o curso: (1) **Apresentação do Moodle e do curso**; (2) **Quem é o CECAMPE Sudeste UFU**; (3) **Adesão, execução e prestação de contas: Trilhas no PDDE**; (4) **PDDE e gestão democrática**; (5) **As políticas públicas do PDDE**; e (6) **Avaliação e certificação**, com carga horária total de 60 horas.

A segunda metodologia consistiu nas formações continuadas presenciais, que foram realizadas em diversos municípios que abrangem a atuação do CECAMPE Sudeste. Esses encontros *in loco* foram voltados, especificamente, para gestores das escolas públicas, com o intuito de propiciar ambientes para orientá-los em relação ao PDDE e sanar dúvidas relacionadas ao programa. Também

---

<sup>12</sup> O Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE) é um instrumento para mensurar o desempenho da gestão descentralizada do PDDE em todo território nacional, com o objetivo de viabilizar iniciativas de monitoramento e avaliação, orientar a ação governamental para melhoria do desempenho do Programa, favorecer o exercício do controle social e reconhecer iniciativas exitosas de gestão (Brasil, 2019).

são realizadas, paulatinamente, diversas *lives* nas redes sociais do CECAMPE, com o intuito de fomentar e orientar as ações de apoio aos gestores educacionais. Portanto, toda essa gama de formação continuada contribui, e muito, para a aplicação e execução desses programas, que são diretamente aplicados nas escolas.

Entretanto, de acordo com o CECAMPE, é

“necessário incentivar a promoção da democracia na tomada de decisão, objetivando a transparência no uso dos recursos, realizando reuniões para o levantamento das prioridades. Ao serem definidas as prioridades, os recursos do PDDE deverão ser aplicados, considerando as que foram estabelecidas em curto, médio ou em longo prazo” (CECAMPE, 2021, p. 4).

Portanto, o CECAMPE Sudeste manifesta sua posição explícita em favor dos princípios e processos de gestão democrática pautados em práticas coletivas, descentralizadas e colaborativas, por meio dos diferentes conselhos presentes no cotidiano escolar. A democratização da gestão escolar configura-se, pois, como um princípio basilar (CECAMPE, 2021).

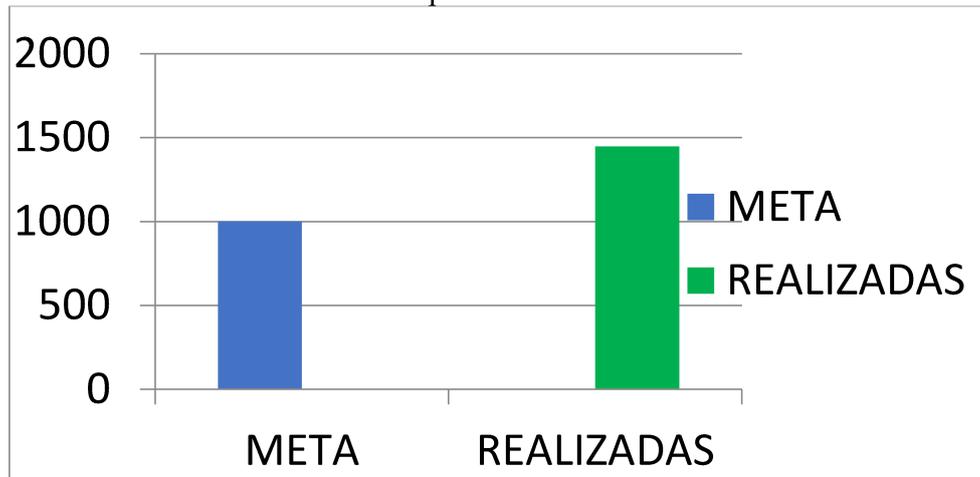
No quadro a seguir, destacamos o campo formativo realizado pela CECAMPE Sudeste, que se iniciou durante a pandemia covid-19, com formações EAD e momentos formativos virtuais. Já no ano de 2022, foram realizadas formações presenciais, com carga horária de oito horas, em vários municípios da região sudeste. Foram mais de 1400 cursistas, formados em nove edições do curso Trilhas-formação presencial, conforme dados a seguir:

Quadro 1 - Relação de turmas por polos de atendimento CECAMPE Sudeste

<p><b>Uberlândia/MG (2 TURMAS – 02 e 04 de junho)</b>  <b>Montes Claros/MG (25 de junho)</b>  <b>Rio de Janeiro/RJ (20 de agosto)</b>  <b>Ibirité/MG (26 de agosto)</b>  <b>Belo Horizonte/MG (16 de setembro)</b>  <b>Belo Horizonte/MG – UNDIME (22 de setembro)</b>  <b>São Bernardo do Campo/SP (08 de outubro)</b>  <b>Espírito Santo/ES (2 TURMAS – 22 de outubro e 10 de novembro)</b>  <b>Aimorés/MG (18 de outubro)</b></p>
--

Fonte: CECAMPE Sudeste, 2022.

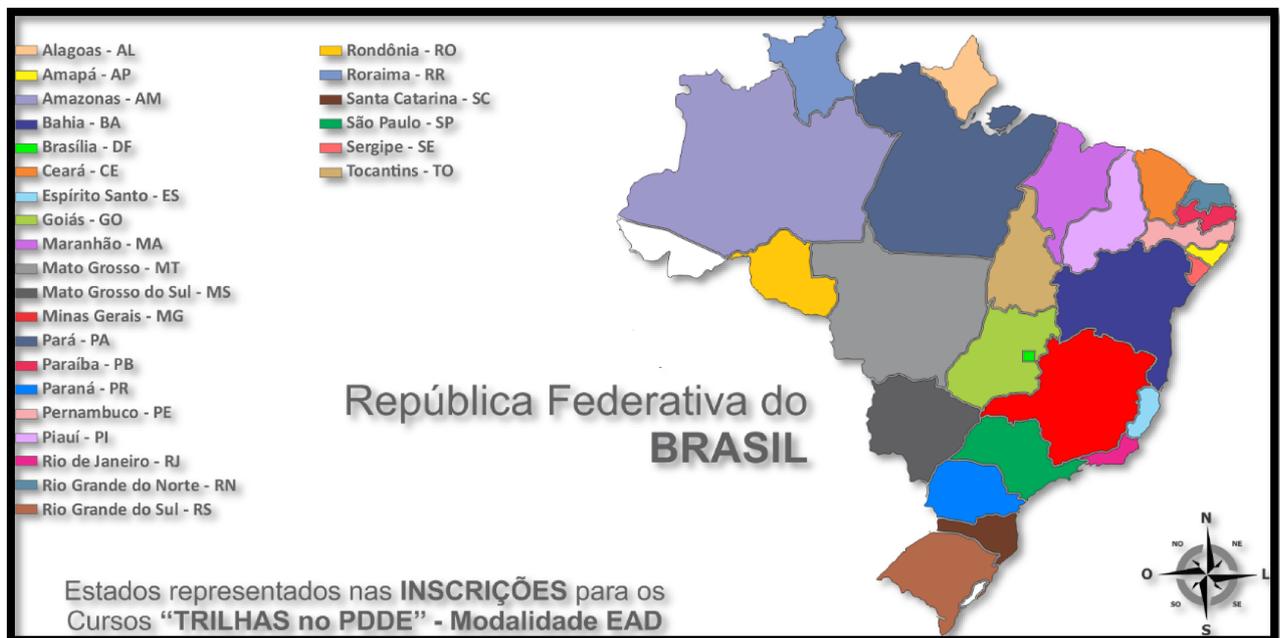
Gráfico 6 - Cumprimento da meta formativa



Fonte: CECAMPE Sudeste, 2022.

Em relação às ações virtuais, a abrangência do CECAMPE Sudeste UFU ultrapassa as barreiras regionais e acaba alcançando toda a dimensão territorial brasileira, como mostra a figura a seguir, evidenciando a carência por compreensão e formação do Programa PDDE em suas múltiplas facetas.

Figura 7 - Abrangência territorial das ações do CECAMPE Sudeste no Brasil



Fonte: CECAMPE Sudeste, 2022.

As ações do CECAMPE Sudeste não se resumiram apenas a cursos formativos, mas elas propiciaram uma conexão significativa, atendendo aos propósitos da sua criação e os desafios do FNDE de alcance de gestores e unidades escolares e ampliação do uso dos recursos. Vejamos:

Figura 8 - Ações CECAMPE – Sudeste 2020-2022 (1)



Fonte: CECAMPE Sudeste, 2022.

A partir dos dados disponíveis, apresentados por meio da Figura 8, podemos vislumbrar o compilado das ações que o CECAMPE Sudeste executou no biênio 2020-2022. Foram realizadas diversas formações continuadas e webnários (presenciais e virtuais), que contaram com a participação de diversos profissionais que atuam diretamente com o PDDE, dentro do ambiente escolar. Além disso, de acordo com as respostas válidas dos participantes que fizeram parte dessa gama de situações, a equipe CECAMPE Sudeste UFU obteve em média 97% de avaliações positivas, comprovando, assim, um ótimo trabalho realizado durante o período analisado.

Em outras palavras, o CECAMPE Sudeste, em dois anos de atuação, conseguiu executar uma proposta com cerca de 48 ações. Para isso, contou com uma equipe de cerca de 70 pessoas, entre grupo efetivo e transitório, formado por docentes, técnicos administrativos, bolsistas de graduação e pós-graduação, profissionais da Prefeitura de Uberlândia, da Superintendência de Educação do Estado de Minas Gerais de Uberlândia, profissionais de Universidades parceiras (UFMG, Unimontes UFABC, UFES) e CEFET-RJ.

Portanto, o CECAMPE<sup>13</sup> Sudeste alcançou os seus objetivos, e ao final de sua atuação nesta etapa 1 conseguiu movimentar e incentivar as unidades executoras ao exercício consciente de adesão, execução e prestação de contas dos recursos do PDDE. E, para além disso, suas formações seguiram o fluxo das demandas solicitadas pelos gestores, abordando temas em suas formações EAD ou presenciais que estivessem em consonância com a realidade dos formandos e as especificidades e dificuldades de aplicação dos recursos, conforme nos mostra a figura a seguir.

---

<sup>13</sup> Para conhecer mais sobre o CECAMPE Sudeste UFU, acesse: <http://www.proexc.ufu.br/cecampesudeste>.

Figura 9 - Ações CECAMPE Sudeste 2020-2022 (2)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Enfim, todas as ações mencionadas indicam que o CECAMPE Sudeste UFU desempenhou um papel significativo no apoio à implementação e acompanhamento do PDDE na região sudeste do Brasil. Suas ações envolveram a realização de formações, assessorias, consultorias e produção de materiais técnicos, buscando fortalecer a gestão e o monitoramento desse Programa nos municípios abrangidos.

Portanto, isso demonstrou impactos positivos na educação, tais como o fortalecimento das capacidades de gestão dos profissionais, a melhoria na implementação de programas e políticas educacionais, bem como o aumento do envolvimento da comunidade escolar na tomada de decisões, fornecendo subsídios para aprimorar as práticas e intervenções realizadas pelo Centro, visando uma educação de qualidade e equidade na região sudeste do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento das políticas de financiamento suplementar que envolvem programas educacionais, como é o caso do PDDE, nos descortina olhares instigantes em relação ao seu entendimento legal e ao seu papel social, uma vez que esse Programa movimentava positivamente a educação brasileira. Por outro lado, nos aguça a compreender a necessidade de alcance amplo dessas políticas, de forma mais intensa, pelos diversos municípios brasileiros e, assim, entendermos o porquê de tais políticas não alcançarem regiões carentes do país e de termos, ainda, estampadas nos noticiários, cenas de escolas sem escolas edificadas, sem água tratada, sem fossa séptica, sem energia elétrica, sem livros didáticos ou merenda escolar – sem contar com as questões de transporte escolar inexistente ou precário.

É preocupante como alguns gestores públicos, em especial municipais ou estaduais, não arcam com o compromisso legal de investimento na educação. Infelizmente, é por esse motivo que o PDDE acaba assumindo um papel significativo para as escolas públicas brasileiras que, na maioria das vezes, sobrevivem apenas com os recursos oriundo dos PDDE.

Nesse contexto de inquietações e possibilidades, o estudo aqui realizado nos permitiu uma análise dos contextos históricos e seus respectivos governos, abordando as diferentes políticas públicas educacionais no Brasil, com foco no financiamento da educação básica nacional. Enfocamos, de maneira sistemática, a implementação do PDDE como uma das ações para melhorar a qualidade da educação, destacando também a criação dos CECAMPEs como uma iniciativa para fortalecer o diálogo entre o FNDE e a gestão escolar nos municípios brasileiros.

Desse modo, foi possível observar que as políticas públicas educacionais no Brasil passaram por transformações significativas a partir da década de 1990. O país estabeleceu parcerias com organizações internacionais, como a UNESCO e o BM, visando implementar uma educação voltada para práticas cidadãs, de equidade, interação, democratização de acesso às tecnologias e descentralização de recursos financeiros. Essas diretrizes buscavam promover melhorias na qualidade da educação básica nacional, por meio de iniciativas como o PDDE.

Contudo, sabemos que o neoliberalismo global influenciou e atingiu diretamente as reformas e políticas educacional no Brasil a partir desse contexto. Essas implementações, conforme supracitado anteriormente, foram baseadas no princípio da descentralização dos recursos financeiros repassados pelo Estado e na autonomia das instituições de ensino. As mudanças estão inseridas em um projeto de modernização da gestão pública brasileira, seguindo ideias de organismos internacionais, tendo

um alinhamento com base na ideia de promover um menor papel do Estado e a busca por uma melhor administração dos gastos públicos, além de defender investimentos privados nas escolas públicas.

É fato que, no Brasil, as desigualdades socioeconômicas são latentes e atingem diferentes setores. Os financiamentos da educação não são suficientes para reverter quadros históricos. Indicadores como taxas de analfabetismo, acesso e escolarização revelam que a exclusão educacional persiste no país. Diante dessa realidade, é fundamental que a União exerça seu papel complementar e redistributivo, buscando nivelar as oportunidades educacionais e alcançar um padrão mínimo de qualidade de ensino, especialmente através de assistência técnica e financeira aos estados e municípios, conforme prescrito na Constituição Federal. É nesse contexto que o FNDE desempenha um papel central, pois administra a maior parte dos recursos federais descentralizados para estados e municípios na área da educação.

Nessa perspectiva, o FNDE desempenha um papel importante na redistribuição e complementação dos recursos educacionais, visando garantir a igualdade de oportunidades e um padrão mínimo de qualidade no ensino. Esse compromisso com a equidade e a justiça fica evidente no objetivo do Fundo, que é de corrigir as desigualdades educacionais através da redistribuição dos recursos. Assim, o FNDE busca promover uma distribuição mais justa dos recursos, auxiliando escolas e regiões com maiores necessidades, e contribuindo para reduzir as disparidades educacionais, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica ou localização geográfica.

Sabemos, então, que o PDDE, como uma política de descentralização financeira, possibilita o repasse direto de recursos financeiros da União para as escolas públicas, por meio das Unidades Executoras/associação de pais e mestres, caixas escolares, entre outros, visando promover a autonomia das escolas na gestão dos recursos destinados à infraestrutura física e pedagógica. No entanto, a implementação do programa trouxe desafios para as escolas, uma vez que estas assumiram mais responsabilidades e tiveram que lidar com a gestão dos recursos financeiros recebidos. Muitos gestores escolares enfrentam dificuldades na compreensão de como realizar essa gestão de forma eficiente, o que pode comprometer a efetividade do programa.

Além disso, a prestação de contas é uma normativa necessária, porém tem gerado questionamentos de gestores, em relação ao excesso de burocracia envolvida. Entendemos a necessidade da prestação de contas para o fluxo do recebimento dos recursos suplementares; contudo, a maioria dos gestores não possui a expertise administrativa e financeira para tal acompanhamento. Existe uma rotatividade de pessoal dentro das escolas que auxiliam nesse processo, posto que grande

parte são profissionais temporários, sem vínculo efetivo e são substituídos com frequência. Muitos municípios não disponibilizam técnico contábil para assessoramento dos gestores em relação a execução e prestação de contas e nem possuem um profissional técnico para orientações. Quando existe esse profissional, o fluxo de pendências na execução e, conseqüentemente, na prestação de contas é bem menor. A solução desse problema requer vontade política e sensibilidade dos gestores municipais em demandar recursos humanos para tal funcionalidade. Sem isso, é perceptível uma sobrecarga de trabalho do gestor educacional, que têm seu tempo ocupado com tarefas administrativas, prejudicando seu papel político-pedagógico juntamente à comunidade escolar.

Salientamos ainda que, embora a descentralização seja defendida como a melhor forma de gerir programas de assistência aos educandos, e o apoio dos CECAMPEs no estreitamento do acesso à informação em relação ao PDDE, os problemas de entendimento da política pública de financiamento suplementar da educação sempre vão existir, posto que sempre teremos novos gestores, aos quais é transferido poder e responsabilidade que demandarão conhecimento técnico para uso dos recursos e, conseqüentemente, atendimento às normatizações cabíveis. Esses gestores precisarão ser adequadamente capacitados e preparados para assumir a gestão dos recursos do PDDE. Às vezes, devido à insuficiência de recursos financeiros fornecidos pelo Estado, as escolas se veem obrigadas a encontrar maneiras de suprir essa lacuna por conta própria. A diversificação e a busca por financiamentos extras, seja através do PDDE ou de outras fontes, tornaram-se estratégias adotadas pelas escolas para garantir sua sustentabilidade e competitividade no âmbito da educação, uma vez que grande parte dos municípios não investe os 25% (vinte e cinco por cento) na educação, como preconiza a lei.

Portanto, é necessária uma análise crítica da efetividade do PDDE e uma avaliação de até que ponto ele tem alcançado seus objetivos na prática. É importante buscar alternativas para melhorar a gestão dos recursos nas escolas e garantir que o programa contribua efetivamente para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. Por isso, foram criados os CECAMPEs, que foram concebidos em 2018 e estabelecidos por meio de parcerias entre universidades públicas e o FNDE. Esses centros têm como objetivo estreitar o diálogo com a gestão escolar em diferentes municípios do Brasil, buscando aproximar o FNDE das realidades locais e regionais de cada escola.

A descentralização consciente e efetiva de recursos, aliada a um trabalho contínuo de monitoramento e avaliação, permite atender às necessidades específicas de cada município e escola de forma mais ágil e menos burocrática, conforme preconizado pelo FNDE. Além disso, a atuação do CECAMPE Sudeste UFU, por meio de formações continuadas e outras ações, demonstra um

compromisso efetivo com a melhoria da gestão escolar e, conseqüentemente, com a qualidade da educação, efetivamente comprovado e necessário.

Portanto, fica evidente que essa parceria firmada entre o Fundo e as Universidades parceiras foi um acerto, posto que a dimensão territorial do país é enorme e o FNDE não dispõe de recursos humanos para chegar a todos os municípios brasileiros. Porém, as universidades, localizadas em diferentes regiões, por meio da sua articulação regional, conseguem alcançar esse público, contribuindo com qualidade para a efetivação de ações diversas capazes de amenizar os problemas de adesão ao PDDE, de execução dos recursos financeiros, que envolvem desde o recebimento, atendimento das prioridades da escola até o emprego consciente dos recursos e sua prestação de contas.

O CECAMPE Sudeste UFU atua como agente de disseminação de boas práticas relacionadas ao PDDE, identificando experiências exitosas e estratégias bem-sucedidas no âmbito do programa. Esse compartilhamento de boas práticas alimenta a pesquisa e o interesse pela compreensão dos fatores que contribuem para o sucesso do PDDE, bem como para a identificação de desafios e oportunidades de melhoria. Nesse viés, pensamos na construção do repositório de legislações, teses e artigos científicos como Produto final desta pesquisa, instrumento esse que pode ser construtivo para pesquisadores, gestores educacionais, profissionais da área e demais interessados na temática do PDDE.

Assim, a partir deste estudo, vimos que o CECAMPE Sudeste UFU se consolidou como referência regional, vinculado à UFU, trabalhando de forma colaborativa com escolas, gestores educacionais e programas governamentais, visando melhorar a qualidade da educação e promover ações efetivas de monitoramento e gestão. Isso tem influenciado na ocupação de papel de relevância e destaque no cumprimento de ações formativas e informativas, de monitoramento e apoio à execução de programas educacionais, servindo como suporte e assistência na implantação e acompanhamento do PDDE.

Enfim, é fundamental reconhecer a importância dessas iniciativas para o fortalecimento da gestão educacional e para o alcance de melhores resultados no contexto escolar. A atuação do CECAMPE Sudeste UFU, com sua abordagem baseada em pesquisa, formação continuada e monitoramento, representa um exemplo relevante de como a parceria entre universidades e órgãos governamentais pode contribuir significativamente para o aprimoramento da educação no Brasil. Assim, é crucial incentivar e apoiar iniciativas semelhantes, que visem aprimorar a gestão escolar e promover a qualidade da educação em todo o país.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. Políticas públicas na constituição federal de 1988: alguns comentários sobre os desafios e avanços. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 29, 2019. <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2019.17574>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de Atuação do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais – CECAMPE**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola**. Apresentação. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Prestação de Contas**. Espaço SIGPC Contas Online. 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Módulo PDDE**. 4. ed. atual. Brasília: FNDE/MEC, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de orientação para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Brasília, 2011a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de orientação para constituição de unidade executora PDDE-FNDE/MEC**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação/FNDE. **Resolução n.º 12, de 10 de maio de 1995**. Institui o PDDE e dá outras providências. Todas essas mudanças foram influenciadas pelas discussões ocorridas durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Em 1993, deu-se continuidade as reflexões na Conferência de Nova Delhi; e, nas reuniões latino-americanas e do Caribe, com pautas voltadas para discussões envolvendo a Educação, 1995.

BRASIL. **Resolução FNDE/CD n. 10, de 18 de abril de 2013**. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, 2013.

BRASIL. **Resolução FNDE/CD n. 16, de 09 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a transferência de recursos e a utilização de saldos nas contas bancárias para fins de cálculo dos valores a serem transferidos às escolas beneficiárias do Programa Dinheiro Direto na Escola 21 (PDDE). Brasília, 2015.

CASTRO, J. A.; MENEZES, R. M. **Avanços e limites na gestão da política federal de ensino fundamental nos anos 1990.** IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão, abr. 2003.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, Dourados, vol. 01, n. 02 – Edição especial, p. 79-87, nov. 2012.

CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS – CECAMPE-UFU. **Carta de Princípios do CECAMPE-UFU** – Região Sudeste. Educação em debate, alternativas em construção, 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. UNESCO. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade.** Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

CRUZ, Rosana Evangelista da. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque.** 2009. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DELGADO, Gabriela de Oliveira; NASCIMENTO, Giovane do; SILVA, Renata Maldonado da. **O governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional.** Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.8, n.15, p. 335-358, jul./dez. 2020. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

ESTADÃO. **Acervo.** 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fwBNt6pKWJKTdYrCkxHjPdQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2024. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>

**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE.** 2022. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722006000200010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200010). Acesso em: 25 set. 2026.

JACOMELI, M. R. M. As políticas educacionais da nova República: do governo Collor ao de Lula. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 119-128, 2017. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>

JORGE, A. C.; MENEZES, R. M. **Avanços e limites na gestão da política federal de ensino fundamental nos anos 1990**. IPEA: texto para discussão, abr. 2003.

JOSÉ, Emiliano. **Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 1

KALAM, Roberto Jorge Abou. **O programa dinheiro direto na escola no contexto do financiamento público da educação: implementação de políticas e implicações na gestão escolar**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

KATRIB, C. M. I.; COSTA, I. C. S.; TEODORO, L. M. Múltiplos olhares sobre uma prática: refletindo sobre o entrecruzamento dos Centros Colaboradores com o PDDE, a gestão democrática e a formação continuada. *In*: GONÇALVES, Luciane Dias Ribeiro; SILVA, Maria Vieira; GONZADA, Yone Maria. **Políticas de descentralização financeira na educação brasileira: o Programa Dinheiro Direto na Escola em foco**. Curitiba: CRV, 2022, p. 25-36.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KRAWCZYK, N. A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 19, p. 43-62, jan./abr. 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100005>

LIBÂNEO, J. C.; *et al.* **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 324-325.

LOBO, C. G. A.; XIMENES, J. M. A construção da Gestão do Conhecimento no FNDE – um processo. **Cadernos do FNDE**, Brasília, v.1, n.1, jan.-jun. 2020.

NÓVOA, António. Profissão: Professor. Reflexões Históricas e Sociológicas, *In*: **Análise Psicológica**, 1-2-3 (VII) (1999).

MENEZES, Janaina S. S. **O financiamento da educação no Brasil: O Fundef sob a perspectiva de seus idealizadores**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Plano Decenal de Educação para Todos**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 55-56, p. 155-184, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007>

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep. 1993. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>

MOREIRA, A. M. de A. Gestão financeira descentralizada: uma análise do programa dinheiro direto na escola. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 2, 21, nov. 2012.

O GLOBO. **Acervo**. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>. Acesso em: 15 jan. 2024.

OLIVEIRA, A. F. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. “Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas”. In: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex Pizzio; FRANÇA, George França (orgs.). Editora da PUC Goiás, 2010. p. 93-99.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBP AE**, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

PADILHA, C. A. T. A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 180, mai. 2016.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento educacional: a visão do Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PORTELA, R. Financiamento e gestão Impasses e perspectivas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 7-9, jan./jun. 2009.

SAVIANI, D. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300027>

SMARJASSI, C.; ARZANI, J. H. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 15, abr. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revistas Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **Centro Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais – CECAMPE-UFU**. Uberlândia, 2020.

VIEIRA, Sofia L. **Base Legal. Educação Básica: política e gestão da escola**. Brasília: Líber Livros, 2009.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **Financiamento da educação no Brasil (1990-2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental**. 2013. 142 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANCHETTA JUNIOR, Juvenal. Circulação de textos midiáticos entre alunos de escola pública básica. **Educ. Pesqui.** [online], vol. 36, n. 01, p. 297-310, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000100007>